

CELINA FONTENELE GARCIA

BH/UFC

A ESCOLA COMO PERSONAGEM DA
LITERATURA BRASILEIRA

FORTALEZA - 1988

BH/UFC

A ESCOLA COMO PERSONAGEM DA
LITERATURA BRASILEIRA

UFC - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Biblioteca Liréda Facó

CELINA FONTENELE GARCIA

OVITAO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA A COORDENAÇÃO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE*
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - 1988

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Educação, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Celina Fontenele Garcia

Dissertação aprovada em 09/09/1988

W. Wallega

Orientador da Tese

Luiz Augusto

Francilindom P. B. Diniz

- A meu pai, que me ensinou a amar os livros e a conhecer os escritores.

- A meus irmãos, Sílvio e Antônio, que, no país do Sonho, me obrigam, na minha rebeldia intelectual e espiritual, a entender o Mistério.

- A meu marido, meu eterno professor, e a meus filhos, que na rotina do dia-a-dia me permitiram vôos mais altos em busca da justificação do Existir.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

- A todos os meus amigos, que sempre me incentivaram e que cumpriram a fala de Guimarães Rosa : " amigo é aquele que vem para nós desarmado " .

- A meus Orientadores : Maria Lúcia Lopes Dallago, José Linhares Filho e Horácio Dídimo P.B. Vieira, pela competência indiscutível, a paciência e o carinho dispensados na orientação deste trabalho.

R E S U M O

No presente trabalho tentamos demonstrar que o elitismo, o dualismo e o bacharelismo sempre estiveram presentes em nosso sistema de ensino e, conseqüentemente, em nossa formação intelectual.

É um estudo baseado na obra de alguns autores de História da educação, da cultura, da política, da sociedade ou que escreveram romances e memórias em que falaram da escola brasileira. A escolha desses autores teve como fator preponderante a visão crítica que tiveram sobre a realidade do Segundo Império e da Segunda República.

A análise da escola como núcleo de nosso estudo conduz-nos à conclusão de que, em nosso País, o elitismo e o dualismo na educação geram o bacharelismo que constitui um meio de ascensão social. Isso se constata através do panorama da História do Brasil, que nos mostra uma sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata, baseada na monocultura agrária e intelectual.

A literatura, constituindo o documento histórico e sociológico mais antigo que existe, mostra que nossa escola é o reflexo da sociedade brasileira sempre dependente.

Essa sociedade, como um todo, reflete-se na literatura do Segundo Império e da Segunda República, nas obras de : Raul Pompéia, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Pe-

dro Nava. Esses autores apresentam uma sensibilidade nostálgica ou revoltada contra essas características mais marcantes da educação nacional : o elitismo e o dualismo.

Analisamos, assim, nossa literatura, tendo como pontos de referência a história da educação e a história da sociedade brasileira.

Para os escritores, aqui estudados, a escola é o ponto central de um problema gerado na infância e que se estende até a vida adulta. A violência física e a violência simbólica aparecem em todos os momentos da vida escolar desses autores, numa escola desvinculada da realidade e que causa a revolta, o medo, e o analfabetismo.

A partir desse estudo constatamos que nossa escola pouco ou nada mudou. Os mesmos problemas permanecem. Assim, a escola brasileira cresceu apenas numericamente e não qualitativamente.

R É S U M É

Dans ce mémoire de maîtrise nous essayons de démontrer que l'élitisme, le dualisme et le "bacharelismo" * ont toujours existé dans notre système d'enseignement et par conséquent dans notre formation intellectuelle.

C'est une étude basée sur l'oeuvre de quelques auteurs d'Histoire de l'éducation, de la culture, de la politique, de la société ou qui ont écrit des romans et des Mémoires, dans lesquels ils ont parlé de l'école brésilienne. Le choix de ces auteurs a eu comme cause principale la vision critique qu'ils ont présentée sur la réalité du Second Empire et de la Deuxième République brésiliens.

L'analyse de l'école comme noyau de notre étude nous fait aboutir à la conclusion que, dans notre pays, l'élitisme et le dualisme en éducation produisent le "bacharelismo", qui est un moyen pour l'ascension sociale. Cela est constaté à travers le panorama de l'Histoire du Brésil, qui nous montre une société patriarcale, latifundiaire et esclavagiste, fondée sur la monoculture agraire et intellectuelle.

La Littérature, en tant que document historique et

* "Bacharelismo", prédominance des licenciés, surtout en Droit, mais aussi en Médecine ou Odontologie dans la vie politique et culturelle brésilienne. Ces personnes sont, très souvent, appelées : " doutor " (docteur).

sociologique le plus ancien, montre que notre école reflète la société brésilienne toujours dépendante.

Cette société, dans son ensemble, se reflète dans la littérature de notre Second Empire et de notre Deuxième République, à travers les oeuvres de : Raul Pompéia, José Lins do Rego, Graciliano Ramos et Pedro Nava. Ces auteurs ont une sensibilité nostalgique ou revoltée contre les caractéristiques les plus saillantes de l'éducation nationale : l'élitisme et le dualisme.

Nous analysons ainsi notre littérature ayant, comme points de repère l'histoire de l'éducation et l'histoire de la société brésiennes.

Pour les écrivains, ici étudiés, l'école est le point central d'un problème né dans l'enfance et qui va jusqu'à la vie adulte. La violence physique et la violence symbolique existent en chaque moment de la vie scolaire de ces auteurs, dans une école éloignée de la réalité et qui donne lieu à la revolte, à la peur et à l'analphabétisme.

D'après cette étude nous constatons que notre école n'a presque rien changé. Les mêmes problèmes existent toujours. Ainsi, l'école brésilienne a fait des progrès seulement du point de vue statistique, non pas dans sa qualité.

S U M Á R I O

	PÁG
1. INTRODUÇÃO	1
2. UM PERCURSO PELA ESCOLA NA LITERATURA BRASILEIRA	8
3. CONCLUSÃO	72
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
5. BIBLIOGRAFIA	80

1. INTRODUÇÃO

A relação entre sociedade e sistema educacional não é entendida por nós, no presente trabalho, como uma relação de independência, mas sim de controle no interesse de grupos oligárquicos. O sistema educacional funciona como controle social, através de processos, mecanismos e socialização, com os quais a sociedade domina os indivíduos que a compõem. Assim, a escola tem uma função conservadora do status quo, pois ela é produto das classes dominantes. Mas ela é, também, fator de transformação social, pois possui os fatores de conservação do status quo e de transformação da sociedade.

A função de controle consiste em evitar mudanças sociais não desejadas, ao mesmo tempo que serve como agente de mudança interna. Mannheim entende com esses conceitos " todos os métodos de influenciar o comportamento humano de modo que se integre nos padrões vigentes de interação e organização social ". (in Berger, 1984, p.203). A educação é, pois, um instrumento de manifestação do comportamento humano e se transforma em instrumento de supressão da maioria em favor de uns poucos. É sobre esse fato que pretendemos chamar a atenção, já que aí está consubstanciado um dos pontos mais graves da educação nacional : o elitismo.

Pelo número de decretos e leis que regulamentam a educação nacional, desde a primeira Constituição de 1824 e

até mesmo antes, temos a impressão de que, em todo esse tempo, a escola teve um papel muito dinâmico. Mas essa impressão é falsa, pois os legisladores, que, nas sociedades dependentes são quase sempre representantes das classes superiores, partem sempre de uma concepção mágica da educação.

Se as idéias reformistas realmente tivessem sucesso, seria óbvio que se processassem mudanças sociais. Qualquer modificação só poderia ser feita para atender às necessidades novas que determinaram como e por que essas mudanças seriam feitas.

Fazendo um estudo sobre as leis e reformas educacionais em face da realidade brasileira, chegamos à conclusão de que os legisladores não tinham a intenção de mudar uma determinada realidade concreta, mas procuravam regular uma situação e conservar os privilégios de alguns. Existe uma dualidade entre a lei e a realidade. A lei declara: "a educação é direito de todos". Mas só alguns têm o privilégio de freqüentar escolas. A legislação referente à educação, calcada em modelos estrangeiros, estava em condições de satisfazer plenamente às necessidades educacionais da camada dominante. Até 1930 acontece esse fato, pois ela se protege contra a ascensão das massas e mantém o status quo. Nessa perspectiva compreendemos por que o conteúdo da escola brasileira sempre foi intelectualista, enciclopédico e ornamental, moldado e orientado para o consumo e não para a produção, numa incessante luta pela sobrevivência da hierarquia. E mesmo após ter sido quebrado esse monopólio educacional, as classes dominantes continuam com o controle, im-

pondo à mobilidade social, um domínio seletivo e rigoroso, de tal forma que coincida não com o processo de produção, mas com o de consumo.

Quando ocorreu a decadência do grande proprietário rural, a escola foi utilizada pelos filhos deste para atingirem a condição de exercer uma atividade influente e com isto assegurarem a estabilidade social, dando-se início à sociedade de funcionários doutores que sucedeu ao patriarcado rural e mais uma vez o sistema educacional atendeu aos interesses da classe dominante.

O elitismo do nosso sistema educacional teve em sua origem três fatores básicos gerados na própria educação e na formação social do Brasil :

1) o papel dos jesuítas no surgimento do sistema educacional brasileiro;

2) a aceitação, pela oligarquia, de modelos importados e suas conseqüências para a formação da educação no Brasil ; e

3) o preconceito contra o trabalho manual.

Os jesuítas pretendiam difundir o catolicismo ortodoxo, fiel à matriz romana, confrontando com o catolicismo dos colonizadores, mais livre e mais popular : tinham como finalidade salvar as almas dos índios. Os colonizadores queriam fazer estes escravos. Os jesuítas organizavam as reduções para proteger os índios da escravidão ; a metrópole, em contrapartida, organizava as " entradas e bandeiras ", que os aprisionavam e levavam para o trabalho das fazendas. Os jesuítas se transformam, mais tarde, em mediadores entre co-

lonizadores e índios. A Igreja é dependente da oligarquia regional ; ela se transforma no mais importante meio para moldar a sociedade, através do colégio e do confessionário, daí seu papel preponderante na formação do Brasil Colônia, porque representava um instrumento de dominação espiritual e intelectual. A consequência direta desse fato no sistema educacional brasileiro é que grande parte da escola é sustentada pela iniciativa privada.

Outra consequência do jesuitismo é a monocultura intelectual, que gera a subordinação, a alienação, a inteligência passiva e o bacharelismo. A partir do século XIX é que o ensino das línguas modernas vai revolucionar as elites, através das idéias novas. Isso desencadeia o desmoronamento da monocultura intelectual. No passado a socialização se processava de maneira independente e fora da escola. Desse fato, só as camadas dominantes percebiam a importância na formação social e política do cidadão porque a escola transmitia conteúdos e saber que concediam um traço nobilitante e funcionavam como símbolo de status especial, as demais camadas não percebiam o seu valor e o seu significado, porque estavam fora de seu âmbito vital e de seu horizonte cultural.

Após a queda do jesuitismo e com a influência cultural de outras sociedades, há uma mudança na avaliação da educação pelas camadas dominantes, e, a partir de então, essa educação deixa de ser ornamental para ser vista como caminho de ascensão social e manutenção do status quo. Do sistema educacional esperava-se a produção de bacharéis e dou-

tores. Este fato também fortaleceu a intelectualização da oligarquia e o elitismo da sociedade. No trabalho, têm precedência os bacharéis e médicos, filhos de nobres e grandes proprietários de terras, quase sempre (elite intelectual) ; depois vêm os acadêmicos europeizados; e por fim, as camadas sociais mais pobres que ascendem e se tornam bacharéis, sendo criados empregos para eles. O bacharelismo é, pois, fenômeno brasileiro.

A educação se transforma, então, no primeiro passo para o prestígio social, sempre vista em combinação com o sucesso.

O preconceito contra o trabalho manual resultou do sistema econômico colonial baseado na escravidão, e não se refere a esse trabalho, mas se manifesta contra a pessoa que o faz. Os principais aprendizes de ofício foram os índios e as escolas de artes e ofícios estiveram, desde o início, marcadas pelo estigma da escravatura.

Apesar das mudanças sociais, permanece a idéia de que profissões liberais se destinam a pessoas nobres e profissões manuais a pessoas pobres, menos inteligentes e sem prestígio, solidificando-se, assim, a idéia de menosprezo às atividades manuais.

Numa sociedade escravocrata, latifundiária e patriarcal a educação reflete essa sociedade nas suas características essenciais de elitismo, dualismo e bacharelismo.

Assim o objetivo do presente estudo é mostrar, através da literatura, que a educação funciona como controle social, pelo qual domina os indivíduos.

Esse estudo da escola, no romance brasileiro, tem como parâmetros as obras sobre educação, cultura e história do Brasil escritas por Maria Luísa Ribeiro (1986), Otaíza Romaneli (1984) e Leôncio Basbaum (1981), as quais, na sua ótica: sociológica, econômica e política, chegam à mesma conclusão sobre a existência de dois níveis de interesses: dos dominantes e dos dependentes, na educação nacional. A escolha desses autores, entre tantos, como fundamento deste trabalho, baseia-se na visão crítica que eles têm da realidade, no mesmo nível dos romancistas estudados.

Na Literatura Brasileira, a escolha do romance de Raul Pompéia publicado no Segundo Império e das obras de José Lins do Rego, Pedro Nava e Graciliano Ramos, na Segunda República, têm uma explicação lógica. Até 1888 não temos na Literatura Brasileira a escola como personagem principal e narrada com o espírito crítico e revoltado como o de Raul Pompéia. No Barroco, no tempo do Brasil Colônia, temos o espírito crítico e satírico de Gregório de Matos, que ironizava os políticos e a Coroa, mas não estava preocupado com a educação e a escola. No Arcadismo, os poetas faziam uma poesia de pastores e pastoras, bucólica e distante da realidade. O grupo mineiro influenciado pelas idéias revolucionárias de liberdade foi logo calado pela Coroa. Seus componentes, mortos ou exilados. No Romantismo, José de Alencar e os demais escritores românticos lutavam bravamente pela implantação de uma cultura, de uma linguagem e de uma temática brasileiras e de seu desligamento total das regras da Academia de Ciências de Lisboa. Até o Realismo não temos a presença da escola na Literatura Brasileira: as con-

dições sociais e políticas, como veremos mais adiante, não permitiam a existência de um espírito crítico capaz de tratar de assunto fundamental como a escola nos seus pontos nevrálgicos : a escola como reflexo da sociedade dependente.

Raul Pompéia foi o primeiro autor a tratar do assunto na Literatura Brasileira. O Ateneu é fruto de sua sensibilidade revoltada, de sua não aceitação da sociedade em que vivia. Ele parte do pressuposto, da frase introdutória do livro : " Vais encontrar o mundo (...) Coragem para a luta! " Depois completa essa idéia : " o internato é o reflexo da sociedade ". O colégio é visto, portanto, como símbolo da sociedade, que deve ser destruída pelo fogo purificador para o surgimento de uma nova ordem.

Só em 1930 surge, aparentemente, essa nova ordem : a ditadura. A escola começara a passar por um entusiasmo renovador desde 1922. Em 30 acontece a revolução dos tenentes. Getúlio se faz ditador, os generais assumem e tudo fica sem uma verdadeira renovação. A educação continua na mesma.

Os romances dessa época vão traduzir essa " sensibilidade nostálgica ou revoltada ", dependendo do grau de tensão existente entre o escritor e a sociedade. Seu ponto máximo vai ser atingido em Graciliano Ramos quando, em suas narrativas, sugere que só através do crime (atitude revolucionária do herói) haverá mudança social, e a escola é o ponto nevrálgico dessa mudança.

2. UM PERCURSO PELA ESCOLA NA LITERATURA BRASILEIRA

A história da literatura reflete, nos seus movimentos diversos, a história da sociedade. Através da literatura podemos conhecer e julgar uma sociedade. Se não fossem Homero e Hesíodo não poderíamos conhecer os costumes e a vida do povo grego em seus primórdios. De modo semelhante ocorre também com os latinos, e com muitos outros... Assim a literatura reflete a sociedade brasileira na sua formação social, econômica e política, como em Alencar, Macedo, Machado de Assis e outros.

A fase da literatura que passaremos a examinar é a da literatura do Segundo Império, que reflete a inquietação dominante no País. É uma fase caracterizadora, precisamente, da vontade de conhecer, de apreciar e tirar conclusão das razões do desenvolvimento da sociedade brasileira. Para esse fim os escritores muniam-se de espírito crítico e trabalhavam a realidade.

Nelson Werneck Sodré declara :

Tal fermentação traduz, em suma, as alterações econômicas e sociais em processo cada vez mais acelerado no Brasil, o intenso trabalho ascensional de uma classe média, que afirmava a sua fisionomia política, a acirrada luta da classe dominante para manter as posições que consolidara, na longa vigência do regime colonial, ao mesmo tempo que começa a surgir a classe operária particularmente no fim do período, quando a interrupção das correntes do comércio externo permite e ajuda o surto da indústria nacional de bens de consumo, fundamen-

tada nas disponibilidades provindas da acumulação proporcionada pela lavoura cafeeira e na ampliação do mercado interno. (Sodré, 1969, p.489)

Nesse quadro as interpretações do Brasil vão refletir os contrastes existentes em sua cultura. Vão refletir o formidável esforço para conhecer o homem e a terra e a necessidade de afirmar uma consciência nacional.

A presença do transplante cultural e o desconhecimento dos reais problemas sofridos pela classe média ou sua marginalização cultural não lhe permitiam adquirir uma visão crítica da sociedade para tentar transformá-la.

Maria Luísa Ribeiro diz :

A dependência cultural traduz-se nisto : falta de capacidade criativa e atraso constante e cada vez mais profundo em relação ao centro criador que serve de modelo. Representa, ainda, como já foi assinalado, um idealismo estreito e inoperante ao formar um pessoal sem a instrumentação teórica adequada à transformação da realidade em benefício de interesses da população como um todo e não de interesses de uma pequena parte dela e de grupos estrangeiros, em detrimento da maioria. (Ribeiro, 1978, p. 77)

Assim, as condições sociais é que não possibilitavam a existência de uma consciência aguda capaz de permitir a elaboração de um complexo cultural forte e próprio, para valorizar o que era passível de denúncia, e que constituía, entre nós, a força do passado colonial, poderosa e ativa.

Do ponto de vista intelectual a aquisição de conhecimento estava acentuadamente subordinada às condições de classe social. Os filhos dos proprietários rurais, dos comerciantes mais abastados ou dos imigrantes portugueses, ainda na Colônia, eram enviados para se bacharelarem em Lisboa, Coimbra ou Porto, e raramente em Paris. Acresce que o Bra-

sil não possuía jornal ou editora. Os trabalhos dos intelectuais se restringiam a leituras nas academias, como resultado de pura ilustração. Em 1808, com a fuga da família real para o Brasil foram criados museus, escolas, jornais, livrarias e as primeiras faculdades de Direito e Medicina, para deleite dos portugueses imigrados. A partir de então nossos intelectuais não precisavam mais procurar outros centros para estudar, estando Portugal ocupado pelos franceses até 1820. Mais tarde, o Primeiro Império e a Regência coincidem com o espírito revolucionário romântico, caracterizado principalmente pela lusofobia, que está presente nas obras de Alencar, nas suas polêmicas, no Castro Alves dos poemas libertários e republicanos e no Machado de Assis da última década do Segundo Império.

Os árcades da Inconfidência, os poetas e prosadores românticos, todos, pertenciam a famílias abastadas, filhos de políticos (Alencar) ou de fazendeiros (Castro Alves) ou de pequenos comerciantes. A escola e o curso superior, para eles, constituíam uma coisa natural. Somente Machado de Assis, por ser filho de pobres, e mulato sofreu, durante toda a vida a discriminação social e, talvez por isso mesmo, lance em suas obras todo o seu desprezo por essa sociedade hipócrita, cujo valor principal é o dinheiro e as influências que este pode comprar.

Assim, a escola exemplificada no meio literário servia para fortalecer a dualidade ou o elitismo na sociedade brasileira. Essa situação se estende desde a Colônia com a escola criada para os filhos dos portugueses abastados, que

estudavam latim, grego e retórica e a escola de Artes e Ofícios para os filhos dos colonos e se fortalece na década de 30 com um ensino enciclopédico, tendo em suas bases uma formação científica predominantemente literária.

No fim do Segundo Império a inocuidade de certas formas de erudição desinteressadas, por outro lado, não era percebida ainda, ganhando força desmesurada os exemplos de conhecimento especializado, particularmente humanista, que conferia a determinadas pessoas uma auréola inconfundível.

O verbalismo, característica dessa época, a fascinação da eloquência, mesmo na poesia, mas principalmente na prosa, mesmo na ficção proporcionam à forma o primado que define os traços de decadência, quando se encontra isoladamente, constituindo a preocupação única do artista. Os romancistas dessa época, em geral, esmeravam-se mais na perfeição formal que na tradução dos motivos humanos, e a crítica valorizava aqueles que obedeciam às regras gramaticais. Isso constituía o velho costume que tendia a desaparecer, mas que ainda tinha condições de ditar regras e disciplinar situações.

A essa regra geral fogem Machado de Assis e Raul Pompéia. Esses dois romancistas traduziram em suas obras os motivos humanos, a crítica social e a revolta contra a discriminação feita por essa sociedade " infame ", que segrega o pobre, o preto e a mulher.

O isolamento das camadas cultas, que tinham no verbalismo sua característica principal e que eram impotentes para se realizarem por seu valor intelectual, vai encontrar

uma solução na preponderância da vida literária sobre a obra literária e no esforço de congregação dos escritores. Esse problema do isolamento das camadas cultas se resolve com a criação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, correspondendo, na sua tendência, à seleção e ao brilho social, à tentativa de suprir aquilo que a ausência de público impedia que fosse proporcionado aos escritores. Correspondia, de certo modo, à tradição eminentemente literária de nossa cultura que valorizava os indivíduos e lhes conferia o brilho que suas obras não lhes podiam proporcionar.

Uma nova mentalidade em nossa vida intelectual começa a ganhar força, superando as resistências : as interpretações traduziam intuições importantes, abriam perspectivas para a compreensão dos nossos problemas, mostravam ângulos ainda não vistos, traduziam um esforço imenso em superar deficiências de instrumentos ou deformações profundas depositadas pela tradição.

Disso é exemplo clássico a denúncia de Raul Pompéia em O Ateneu, onde o autor faz uma crítica à organização escolar : ao elitismo em educação (a escola freqüentada apenas por ricos); à figura do diretor, que dominava tudo e a todos ; à hipocrisia social (o diretor aparentando tratar a todos com igualdade, mas discriminando-os de acordo com a conta bancária ou a importância dos pais) ; enfim, ao vazio verbalismo oratório dos grêmios literários que dava prestígio na escola e, mais tarde, na sociedade.

Quando Raul Pompéia descreve o Ateneu e a vida escolar, está descrevendo a própria sociedade brasileira. Nesse romance impressionista, tendo Sérgio como personagem principal e personagem narrador, encontramos vários mundos a analisar : o mundo do indivíduo (Sérgio), o mundo da família (Sérgio e o pai), o mundo do internato (Sérgio e a escola) e o mundo da sociedade, o lugar temporal e espacial, assunto da narrativa de Sérgio, reflexo de sua visão de adulto.

O romance é o tecido da vida do internato : as aulas, a sala geral dos estudos, os banhos de piscina, as leituras, os recreios, as cenas do dormitório, do refeitório, o grêmio literário, a promiscuidade de adolescentes, entre os quais um bom número tinha um relacionamento mórbido.

O Ateneu, tendo sido publicado em 1888, é um depoimento sobre a vida de uma escola - experiência vivida pelo autor no Colégio Abílio - no Segundo Império. O narrador apresenta o diretor da seguinte forma : " Soldavam-se nele o educador e o empresário com uma perfeição rigorosa de acordo, dois lados da mesma medalha : opostos, mas justapostos " . (Pompéia, 1976, p.23)

Vemos as festas com a presença da sociedade carioca, as autoridades estatais, a Princesa Regente, as autoridades escolares, as autoridades familiares : confraternização ao nível dos governantes. E então os alunos : confraternização ao nível dos governados. Um episódio de que é protagonista o filho de Aristarco, funciona como denúncia concentrada das contradições : " Seu filho Jorge, recusara-se a beijar a mão

da princesa, como faziam todos ao receber a medalha. Era republicano o pirralho ". (Pompéia, 1976, p.18)

O internato refletia a sociedade, uma sociedade bem determinada pela classe dominante :

... não havia família de dinheiro, enriquecida pela setentrional borracha ou pela charqueada do Sul, que não reputasse um compromisso de honra com a posteridade doméstica mandar dentre seus jovens, um, dois, três representantes abeberar-se à fonte espiritual do Ateneu.

Fiados nesta seleção apuradora, que é comum, o erro sensato de julgar melhores famílias as mais ricas, sucedia que muitas, indiferentes mesmo e sorrindo do estardalhaço da fama, lá mandavam os filhos. Assim entrei eu. (Pompéia, 1976, pp.13-14)

Sociedade de ricos, o diretor examina e escolhe cada aluno por sua fortuna para ser o diretor dos melhores. É essa sociedade que destrói Franco e Américo. Este por ser indisciplinado e vir da roça, aquele por ser pobre e vir do Mato Grosso:

O pai é do Mato Grosso ; mandou-o para aqui com uma carta em que o recomendava como incorrigível, pedindo severidade, (...) Franco era um rapazola de quatorze anos, raquítico, de olhos pasmados, face lívida, pálpebras pisadas. (Pompéia, 1976, p. 28).

Os dois alunos, Américo e Franco, sofrem a discriminação no meio dos colegas e dos professores. Franco, isolado, eternamente castigado, incapaz de se redimir diante de sua sociedade, morre, depois de ficar vários dias na cafua. Américo " Vinha da roça (...) Era já crescido e parecia de robustez não comum. Olhavam todos para ele como para uma fera respeitável (...). O pai pediu contra ele toda a severidade ". (Pompéia, 1976, p.146). A vingança de Américo vai ser a destruição do Ateneu, que na ótica do narrador simboliza a sociedade a ser destruída, para surgir em seu lugar

outra mais humana.

A chegada de Sérgio ao colégio, Aristarco fez a apologia da sua visão de educação e o elogio de seu método. O colégio, pela narrativa de Sérgio, aplica castigos corporais em seus alunos.

Franco está todos os dias de joelhos nos corredores, no refeitório ou no recreio. Nos dias de distribuição de notas, Franco fica sempre de castigo na frente de seus colegas e professores para servir de exemplo. E Aristarco declara :

Trinta anos de tentativas sem resultados, esclarecendo como um farol diversas gerações agora influentes no destino do país : E as reformas futuras ? Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência passável. Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, a citação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso ; adoção de normas desconhecidas, cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias.

Uma hora trovejou-lhe à boca, em sanguínea eloqüência, o gênio do anúncio. (...) Contemplávamos (eu com aterrado espanto) distendido em grandeza épica - o homem sanduíche da educação nacional, lardeado entre dois monstruosos cartazes. As costas, o seu passado incalculável de trabalhos ; sobre o ventre, para a frente, o seu futuro : a réclame dos imortais projetos. (Pompéia, 1976, p.21)

Exemplo de escola elitista, o humor do diretor variava segundo a nota discreta de seu guarda-livros, dependendo do atraso do pagamento dos trimestres. Havia também distinções financeiras, políticas, distinções baseadas na crônica escolar do aluno.

Estudava-se Matemática, Ciências, História, Geografia, História Sagrada, Doutrina Cristã, Catecismo e Ginástica, Cosmografia para os alunos menores. Os exames finais

eram realizados por uma comissão de professores do Colégio Pedro II.

O Conselho da Instrução no fundo, coisa desconhecida, mitológica, entrevista como as pinturas religiosas das abóbadas sombrias, onde as vozes da nave engrossam de ressonância, emprestando a força moral à justiça das comissões, com o prestígio da elevação e do inacessível ; mais alto que tudo, o Ministro do império, o Executivo, o Estado, a Ordem Social, aparato enorme contra uma criança. (Pompéia, 1976, p.118)

Raul Pompéia faz uma crítica acerba à educação em todos os seus aspectos : aos métodos de aprendizagem empregados por professores violentos contra uma criança indefesa (ver o capítulo em que se descreve a reação de Sérgio contra Aristarco que o agride, e o menino puxa-lhe os bigodes); o abandono afetivo das crianças que acabam envolvidas pelos grandes, percebendo-se na narrativa o leve clima de homossexualidade reinante no internato ; o acúmulo de informações a serem apreendidas pelo aluno, desde análise sintática de Os Lusíadas até a Cosmografia ; o desnível no tratamento dispensado aos alunos, influenciado pelo poder aquisitivo ou pela importância da família a que ele pertence. O interesse material vai ao ponto de Aristarco não expulsar Sérgio, depois do incidente do bigode, porque já tinha perdido um aluno e o colégio não podia sofrer mais um prejuízo.

Raul Pompéia é acusado de ter ressaltado com excesso o avesso, o mal dos homens e das instituições, mas compreende-se perfeitamente sua crítica, se nos colocarmos na época do autor, época de reivindicações e rebeldias contra o regime e contra a sociedade controlada pelas oligarquias rurais.

Partindo da análise histórico-sociológica da educação brasileira realizada por Ribeiro e Romanelli e da leitura do romance de Raul Pompéia, livro escrito no fim do Segundo Império e calcado nas impressões que o ambiente escolar deixou na alma de uma criança de 12 anos, concluímos que cada um, a seu modo, retrata a mesma verdade social e histórica da época.

Vejamos com Raul Pompéia a escola como espelho da sociedade :

Não é o internato que faz a sociedade ; o internato a reflete. A corrupção que ali viceja, vai de fora. Os caracteres que ali triunfam, trazem ao entrar o passaporte de sucesso, como os que se perdem, a marca da condenação. (Pompéia, 1976, p.128)

E essa sociedade é elitista e dependente. Suas leis e regulamentos são ditados pela classe dominante para mantê-la como tal. Daí por que Romanelli (1984) afirma que a educação é controlada pelas oligarquias rurais através da projeção de sua mentalidade plasmada na Colônia e na Monarquia. A burguesia industrial copia os modelos de comportamento e educação latifundiária ; as classes médias emergentes têm um único modelo a copiar, tendo na educação o instrumento eficaz de ascensão social. Os mecanismos de defesa da classe dominante se apresentam sob a forma de escassez de oportunidades e conservação do caráter eminentemente literário da educação, que tem como conseqüência a preservação do patrimônio da educação para o ócio. A ilustração será, pois, símbolo de classe e instrumento de dominação. A política de clientela favorece apenas uma parte da população e

reforça a autoridade dos donos do poder. É esse instrumento de ascensão social que se acha expresso na narrativa de Raul Pompéia, numa forma esbatida através das recordações infantis.

Romanelli (1984) vê a escola do final do Segundo Império (época de Raul Pompéia) sob o ponto de vista da dependência. Ela analisa o ensino no seu caráter classista e acadêmico, pelo fato do ensino estar concentrado em mãos de particulares. Os colégios são transformados em meros cursos preparatórios para o ensino superior em decorrência da pressão exercida pelas classes superiores. Somente o Colégio Pedro II confere o grau de bacharel. O preparo dos alunos começa nas províncias para terminar com os exames parcelados, no Rio. O ensino secundário, era, pois, propedêutico e seletivo.

Havia no Brasil a predominância da educação acadêmica, humanista e retórica, pois nas faculdades de Direito ministrava-se, além do ensino ligado à sua própria área, o ensino ligado às humanidades.

A cultura transmitida pela escola era aristocrática e assim, eram mantidas as funções exatas das necessidades da sociedade escravagista :

enquanto não predominavam nessa sociedade relações de teor capitalista, nenhuma contradição de caráter excludente pode ocorrer entre as camadas que procuravam a educação : a aristocracia rural e os estratos médios. (Romanelli, 1984, p.41)

Em suma, a educação brasileira é controlada através das oligarquias rurais, por meio da projeção de sua mentalidade plasmada na Colônia e na Monarquia. A burguesia industrial copia os modelos de comportamento e educação latifundiária-

rios.

A educação no período imperial atendia, pois, aos interesses da camada senhorial, composta pelos representantes da lavoura tradicional e pelos da nova lavoura, com o domínio desta.

O crescimento acelerado da classe média e a participação de seus elementos na vida pública, através de atividades intelectuais, militares e religiosas, cria condições para que sua participação na vida do País seja maior. O crescimento e o descontentamento da camada média não era socialmente tão forte que pudesse exercer pressão sobre o regime político. Por outro lado, a possibilidade de aliança com outra camada descontente, a dos trabalhadores, não tinha condições objetivas.

O setor médio sofria o transplante de uma :

cultura importada em bloco do Ocidente, internacionalista de tendência inspirada por uma ideologia religiosa, católica, e em cuja base residiam as humanidades latinas e os comentários das obras de Aristóteles, solicitadas num sentido cristão. (Azevedo, 1963, p.311);

o distanciamento das bases culturais e o desconhecimento das características dos problemas concretos da realidade brasileira. Dentre esses problemas, o da marginalização ou exclusão da maioria da população no processo de crescimento, fator preponderante da própria exclusão. Por isso mesmo o Brasil não tinha condições de se tornar uma força política, procedendo a uma mudança condicionada a uma cisão da classe dominante e ao interesse de uma das facções por tal modificação. E além do mais não contava com o apoio da burguesia internacional, a quem não interessavam mudanças cultu-

rais, que trariam, sem dúvida, em seu bojo, reivindicações sociais.

Segundo Maria Luísa Ribeiro (1986), a orientação do governo no Segundo Império, em relação à organização escolar, sofreu a influência positivista. A reforma Benjamin Constant proclama a liberdade e a laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. A reforma atingia a instrução pública primária e secundária no Distrito Federal e a instrução superior, artística e técnica em todo o território nacional.

Compunha-se a escola primária do primeiro grau (de 7 a 13 anos) e a do 2º grau (de 13 a 15 anos). O nível superior é composto das Escolas: Politécnica, de Direito, de Medicina e Militar. O exame de madureza visava à verificação da qualidade da cultura intelectual do aluno. A fundamentação da educação está centrada na ciência, distinta da educação humanista clássica. A predominância da literatura na educação foi substituída pelo preparo científico, respeitando-se a orientação positivista : Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral.

Nessa reforma foi atacado o problema mais real encontrado no ensino do Império : a formação humana em contraposição à preparação para o ensino superior e o menos real, a formação humana baseada na literatura, em contraposição à formação humana baseada na ciência.

Essa decisão foi alvo de crítica : os positivistas criticavam a reforma, pois esta não respeitava a faixa etária (14 anos) para a introdução do espírito científico. Há

o acréscimo de matérias científicas tornando o ensino enciclopédico, que comprometia a base do ensino pretendido como científico.

Politicamente, adota-se o modelo norte-americano, que segundo Rui Barbosa, era o que mais se adaptava ao " vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que era o Brasil".

Com a descentralização, deu-se o atendimento, tanto dos setores liberais da camada média como da classe dominante que participava do processo (senhores do café). A descentralização político-econômica, no plano federal, constituiria, para os Estados um instrumento de concentração de rendas que não seriam divididas com a facção decadente, representada pela lavoura tradicional. No plano educacional, a escola guarda esta dualidade, reflexo da descentralização política.

As classes emergentes têm um único modelo a copiar como instrumento eficaz de ascensão social.

Num jogo de interesses predomina sempre o interesse da classe dominante como consequência do fortalecimento do poder central que implica o controle político por parte dos representantes das esferas mais altas.

Nesse período, a aliança entre a facção dominante interna e a externa consignada pelo capital estrangeiro dava seu apoio indispensável às mudanças mas limitava sua amplitude. Com a liderança de elementos da camada média, especialmente de militares; com a proteção significativa da camada dominante do café e a aparente omissão da maioria da população, é proclamada a República em 1889.

Nelson Werneck Sodré afirma que :

De qualquer forma tornara-se evidente, ao aproximar-se o fim do século XIX, que o aparelho do Estado se tornara obsoleto, não correspondia mais à realidade econômica e política, transformara-se num trambolho. A República, quando altera aquele aparelho de Estado, traduz o problema ; cai a vitaliciedade do senado, cai a eleição à base de renda, cai a escolha de governantes provinciais, cai a centralização. O novo regime permite a participação, embora transitoriamente, da classe média no poder, e há, com a mudança de regime, claramente, uma luta em torno da política tarifária e cambial. As reformas citadas traduzem, na realidade, o que se processava em profundidade. Não surgiram da imaginação dos republicanos da primeira hora : visavam muitas vezes, apenas na intenção, a atender a determinados fatores, que eram relativamente novos, que vinham em ascendência. Não surgiram do acaso, em suma. (Sodré, 1962, p.292).

A Constituição de 1891 declara que à União competia legislar privativamente sobre o ensino superior da capital da República, cabendo-lhe, mas não privativamente, criar instituições do ensino secundário nos Estados e promover a educação federal. Aos Estados cabia organizar os sistemas escolares completos.

Havia uma divergência do ponto de vista econômico : a pequena burguesia, representada pelas figuras de Floriano e Deodoro, não era bastante forte para resistir a uma nova orientação : política de exportação e incentivo às atividades industriais, pois isso comprometia os interesses dos donos da terra que detinham os meios de produção. A camada média, para continuar no poder, teria que recorrer às armas.

Houve uma tentativa de mudança, tanto na orientação econômica quanto na escolar.

No plano da economia essa mudança seria caracterizada por diversos fatores : pagamento das dívidas ; inten-

sificação dos negócios existentes ; orientação do capital movimentado no sentido de criar empresas financeiras, comerciais e industriais. O plano, no entanto, fracassa pela falta de interesse e de controle dos responsáveis pelos setores agrícolas e pela burguesia nacional. Esta tentativa de diversificação de atividades será retomada após 1930.

A organização escolar, como já dissemos, sofre influência do positivismo. Seus adeptos tentam difundir, através da escola, essa filosofia que entrava em decadência na Europa a partir da década de 1890.

Em 1893 há uma nova modificação, visando a uma ampliação da área literária numa distribuição mais proporcional da matéria. As reformas, nesse período republicano, vão ter uma predominância, ora na parte literária, ora na científica, sem se conseguir atingir um ensino secundário mais adequado às novas tendências sociais do Brasil.

Os resultados atingidos comprovam, mais uma vez, a ineficácia e os prejuízos de tal atitude intelectual.

A aliança da camada média e de uma parte da camada dominante foi útil para a proclamação da República. Para a consolidação do sistema político, era necessária agora a união das classes dominantes como condição de conseguir-se a utilização do novo regime para atingir-se o fim : atendimento dos interesses da chamada classe senhorial através da união com a burguesia externa e a reorganização da interna.

Caio Prado Júnior, em História Econômica do Brasil, declara :

O grande beneficiário das reformas de 1898

foi, sem dúvida, a finança internacional. Representada, neste caso, pelo London & River Plate Bank, intermediário do acordo com os credores, ganhará novas posições no Brasil e junto ao seu governo. Os seus representantes assumiram o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo feito, e fiscalizarão, oficialmente, a execução das medidas destinadas a restaurar as finanças do país. Entrelaçam-se assim, intimamente, seus interesses e suas atividades com a vida econômica do Brasil. E esta não lhes poderá mais, tão cedo, fugir. Consolidava-se uma situação de dependência que se vinha formando, havia muito, mas que somente agora encontrará seu equilíbrio definitivo. (in Ribeiro, 1986, p.76)

Dependência financeira implica, obviamente, dependência cultural.

Ao elitismo e ao transplante cultural vai se somar a mania de " doutor " como meio de ascensão social. É através da escola, principalmente a superior, que os filhos de pequenos funcionários e de pequenos proprietários rurais ascenderão na escala social.

O bacharelismo se constituirá, pois, uma mania, uma exigência da classe média, " pois um título de doutor era, senão um meio de enriquecer, certamente uma forma de ascender socialmente. Ao doutor abriam-se todas as portas e, principalmente, os melhores cargos no funcionalismo". (Basbaum, 1976, p.228)

Na Literatura, temos o exemplo clássico de Lima Barreto, que, em Policarpo Quaresma, publicado em 1911, faz essa crítica sobre o vício inculcado na mentalidade brasileira de ser bacharel, de ser doutor. Lima Barreto assumirá a representação de alguns aspectos expressivos do contexto histórico-social do final do século, no interior dos quais o ingênuo e impetuoso reformismo de Quaresma vai ser humanamente experimentado, isto é, vivenciado em tropeços e supe-

rações ocorrentes em qualquer processo humano de ação/conhecimento. Centrado no tema do nacionalismo como valor a ser revisto, o autor mobilizará um referencial adequado à reconstituição histórico-ficcional, forjando um espaço favorável de confronto entre o patriotismo ufano/abstrato do Major Policarpo e a realidade concreta do cotidiano nacional. A representação desta realidade cheia de vícios gritantes na distribuição do Poder e da Riqueza recairá sobre a infra-estrutura burocrática, civil e militar, correlacionada ao caráter agro-exportador, acentuado no início do século XX. Os reflexos últimos dessa feição dependente vão se desenhar no Policarpo, quando Lima Barreto se refere à mentalidade preconceituosa, frívola e europeizante da classe média suburbana ; sobre a miséria do subproletariado em expansão, a situação desanimadora da terra e da população rural.

É muito bonito ser formado. Se eu tivesse ouvido meu pai, não estaria agora a quebrar a cabeça no " deve " e " haver " .

Nos intervalos da conversa, todos eles olhavam o novel dentista como se fosse um ente sobrenatural... era um homem e mais alguma coisa sagrada e de essência superior... mas sua substância tinha mudado, era outra diferente da deles e fora unguido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre... quase divina. (Lima Barreto, 1983, p.41)

Depois o narrador fala de um personagem que subia no emprego por bajular os chefes e ironiza, sem piedade, uma das características da cultura brasileira, principalmente no século XIX, que é o valor atribuído ao advogado e ao indivíduo de boa oratória : o status social era adquirido por essa boa aparência cultural.

A República Velha (1894-1930) assentava-se na hegemonia dos proprietários rurais de São Paulo e de Minas Ge-

rais, regendo-se pela política dos governadores, " café com leite ", fórmula que reconhecia a união da lavoura cafeeira à pecuária e a importância nas decisões econômicas e políticas do País.

Os fazendeiros delegaram ao Estado o papel de comprador dos estoques excedentes de café, propiciando assim o equilíbrio entre produção e importação, o que garantia a solidez do regime.

A nobreza fundiária, conservadora, constituía o que se chama de classe dominante. Havia, em segundo plano, atuante e válida, uma pequena burguesia industrial nascente em São Paulo e no Rio de Janeiro : profissionais liberais e um grupo intersticial - o Exército, que embora economicamente preso aos estratos médios da população, vinha exercendo desde a proclamação da República um papel de relevo.

Várias reformas foram levadas a efeito no nosso sistema educacional, visando a uma atualização, o que dava a impressão de que nesses 164 anos a educação nacional tinha um papel muito dinâmico. No entanto, essa impressão é falsa, pois os legisladores, que nas sociedades dependentes são, quase sempre, representantes das classes superiores, partem de uma concepção mágica da educação. Se as idéias reformistas tivessem sucesso, realmente, seria óbvio que se processassem mudanças sociais.

Na literatura do início do século a situação se definia assim : 1) uma visão estética do mundo, quando não saudosista (Coelho Neto, Humberto de Campos) ; 2) uma ideologia liberal com traços anarcóides (Monteiro Lobato, Graça

Aranha) ; 3) um complexo mental pequeno burguês, da classe média, oscilante entre o puro ressentimento e o reformismo (Lima Barreto) ; 4) uma atitude revolucionária (Euclides da Cunha).

Alfredo Bosi diz : " esse esquema indicativo só funciona quando articulado com a realidade de um Brasil plural, onde os níveis de consciência se manifestam em ritmos diversos ". (Bosi, 1983, p.43)

Assim, conflitos deram-se em tempos e lugares diferentes, não raro parecendo exprimir tensões meramente locais. Exemplo disso temos em 1896 - Canudos e sua história narrada por Euclides da Cunha. No início do século observamos a eclosão do fenômeno do cangaço em todo o Nordeste (tema dos romances de 30) e o caso do Padre Cícero (reflexo de uma situação crítica de um Nordeste marginalizado). Ao mesmo tempo se verificam os movimentos operários em São Paulo e Rio (sintoma de uma classe nova que surgia e se debatia em angustiantes problemas de sobrevivência, numa cidade em ritmo de industrialização). Há, ainda, a revolta contra a vacina obrigatória em 1904 e a revolta contra os castigos corporais na Marinha, no Rio. No Sul, são as revoltas do Contestado, região em litígio entre Santa Catarina e Paraná, e o aparecimento de beatos, que fez nascer o fanatismo religioso e o misticismo nessa região. Depois vêm as tentativas de revoltas militares de 22, 24 e a Coluna Prestes. Todos esses conflitos demonstravam o inconformismo dessas camadas da população que desejava golpear o status quo político, o que só conseguiria em 1930.

Esses fatos, estudados separadamente, não demonstram nenhuma importância sob o ponto de vista nacional, mas estudados em conjunto, testemunham o estado geral de uma nação que se desenvolve à custa de graves desequilíbrios. Esses desequilíbrios são denunciados na prosa regionalista de um Monteiro Lobato, um intelectual participante, que empunhou a bandeira do progresso social e mental da nossa gente. E esse pendor para a militância foi-se acentuando no decorrer de sua produção literária, de tal sorte que às suas primeiras obras se seguiram outras de ficção científica, de polêmica econômica e social, que desembocariam, por fim, na originalíssima fusão de fantasia e pedagogia que representa sua literatura infantil. Depois de Euclides e Lima Barreto ninguém melhor do que ele soube apontar as mazelas físicas, sociais e mentais de um Brasil oligárquico da Primeira República que se arrastava por trás de uma fachada acadêmica e parnasiana. Lobato encarnou o divulgador agressivo da ciência, do progressismo, do mundo moderno.

Euclides da Cunha, em Os Sertões (1967), denuncia o genocídio de Canudos, numa prosa intensamente trabalhada, indicadora da grandeza da obra como reforço, como realce intencional do tema, numa forma atormentada, que traduz o libelo, o teor acusatório do livro. Essa forma ganharia força, pelo menos eloquência, para atingir o leitor. O livro apresenta correspondência com o assunto e a intenção de verberar o crime cometido contra uma coletividade - Canudos. O sentido do libelo está na va-

lorização do sertanejo, vítima de uma natureza violenta, seja pela abundância das águas, seja pela sua falta, esmagado por um meio físico poderoso, que faz dele um pária. Euclides da Cunha denuncia a presença de dois Brasis : o Brasil do litoral, em transformação constante, proporcionada pelo aparecimento de novas formas de produção, do esforço industrial, da vida urbana, da divisão do trabalho, demonstrando condições de progresso, que se difundiam e introduziam relações sociais correspondentes, e o do interior, onde predominava, de forma absoluta, o Brasil Colonial, atrasado, esquecido, distanciado do progresso, entravado pelas condições da propriedade, em suma, do latifúndio. Euclides analisa as condições de vida desse Brasil em ritmo de Idade Média, sob um esquema positivista, dividindo a narrativa em : " A Terra ", " O Homem " e " A Luta ". Euclides da Cunha é, em verdade, o iniciador de uma interpretação do Brasil fundada no conhecimento direto e exato da verdadeira situação do homem e da terra.

Essa denúncia é encontrada também no romance de tese de Graça Aranha (1943), munido como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Lima Barreto de uma consciência crítica dos problemas brasileiros, denunciados em Canaã. As teses em conflito são defendidas por dois amigos, Milkau e Lentz, este a profetizar a vitória do arianismo, a crença numa raça pura, cujos integrantes, enérgicos e dominadores, atuavam sobre os mestiços, fracos e indolentes : aquele, a pregar a

integração das raças, a integração harmoniosa de todos os povos na natureza maternal. É o contraste entre o racismo e o universalismo, entre a " lei do forte " e a " lei do amor ", contraste que polariza ideologicamente, em Canaã, as atitudes do imigrante europeu no Brasil. Nessas atitudes temos, de um lado, a transposição bastante representativa do colonialismo agressivo, do imperialismo, e do outro, de um evolucionismo humanitário, exemplificado na proteção de Milkau a Maria, colona perseguida e injustiçada, que foge com ele em busca de Canaã, onde a vida não seja uma competição de ódios, mas uma conquista de amor.

Lima Barreto, em Triste Fim de Policarpo Quaresma (1983), realizou (apesar da crítica aparentar seus romances à sua biografia de homem de cor, humilde e doente), uma crítica social muito viva e profunda, mostrando em sua ficção as injustiças da sociedade, o que era falso nela, o que era positivo, artificial, o que a deformava. Procedeu assim porque compreendeu, cedo (e o ângulo pessoal apenas ajudou essa compreensão), as anomalias de um conjunto social, cuja transformação a sociedade denunciava, quando repontavam visíveis sinais de mudança. Sentiu a presença de que era novo, com sua apurada e aguda percepção, antes que os outros o sentissem. Na prosa urbana Lima Barreto critica a sociedade nos seus ranços de dependência cultural, na marginalização dos que, possuindo uma cultura real, não podiam, pela sua condição social, atingir o bacharelato ; critica o colonialis-

mo na linguagem, o latifúndio, a hipocrisia social, a política do governo, enfim, nos acorda para a procura malograda de viver mais brasileiroamente em um Brasil que já estava deixando de o ser, ao menos naquele sentido nacionalista, que o major Quaresma ainda quer cultivar. A grandeza de Lima Barreto reside justamente em ter fixado o desencontro entre um ideal e a realidade. O desencontro vem a ser, desse modo, a constante social e psíquica do romance e explica igualmente suas defasagens em relação ao nível da língua rigidamente gramaticalizada do pré-modernismo. Lima Barreto situou precisamente os contrastes de uma sociedade em mudança. A sua presença já era um sinal de mudança. O mundo literário do tempo não o aceitou. Considerava-o um marginal das letras, sem importância. Mas a recusa não se fundamentou no fato dele ser pobre, mulato e doente. Não o aceitou porque, tanto exteriormente como interiormente, Lima Barreto era um inconformado, um homem que não aceitava os deuses dominantes, não tinha a convicção dominante, não acreditava nas verdades ditadas pela classe dominante. Esse mesmo mundo literário descobriu e sentiu o que nele era, realmente, uma ameaça, um sentido novo, um caminho diferente. O novo apresentado de maneira áspera, violenta, descomedida, chocava, surpreendia e provocava o revide do esquecimento, da omissão. Havia muito de velho ainda na sociedade que dificultava o caminho de Lima Barreto no seu desenvolvimento literário. Mas não tardava, entretanto, a primeira manifestação de mudança apta a abrir perspectivas para uma transformação que não poderia demorar. Essa transformação tem sua eclosão no

pós-guerra, uma época de enorme efervescência política e cultural. Nesse momento aparecem elementos importados (futuristas, cubistas, dadaístas, expressionistas e surrealistas), os movimentos de vanguarda surgidos na Europa e que no Brasil definiam os traços persistentes de alienação e as transformações em escala mundial ; os elementos internos, definindo um grande esforço de originalidade, de autenticidade, correspondendo à reação ao passado colonial, isto é, à transplantação, à alienação.

No campo da educação as reformas são realizadas como busca de solução para o problema educacional imediato. A escola sofreu o agravamento de problemas reais, solucionados por professores e alunos, à base da improvisação e de forma ineficiente. Advém desses problemas o acúmulo ou o aumento da taxa de analfabetismo que atinge 65% da população de 15 anos e mais em 1920. Todos esses elementos ou não chegam às escolas ou delas são excluídos, tornando-se um grave problema a resolver.

Essa década coincide com o fervor nacionalista que incendeia o grupo iniciador do Modernismo. Fazem-se campanhas de difusão do ensino, da escola primária, de formação patriótica, tendo como veículo o ensino cívico. O problema se avoluma pela insuficiência de verbas, pela falta de registros sistemáticos das despesas do governo em relação ao ensino. O desinteresse dos órgãos públicos é consubstanciado pela ausência de dados relativos à situação escolar. As classes consistiam na presença de um professor e de alunos de vários níveis. Assim, as salas de aula são numericamen-

te reduzidas e dois terços da população ficam excluídos da escola. Era o novo aparelho do Estado colocado a serviço dos antigos interesses. Faltava à escola brasileira um modelo de desenvolvimento eminentemente nacional e popular. A própria base industrial, que agiu como elemento pressor da abertura da escola elementar, não existia na Primeira República.

No ensino médio continua a mesma restrição de dados encontrados no ensino primário. Aconteceu nesse período a ampliação mais significativa do ensino particular como consequência da ineficiência do ensino público, sendo este um dos problemas básicos da organização escolar, que tem, em consequência, a elitização como sua característica principal.

Afrânio Peixoto declara em 1923 :

Sobre a formação das elites (...) no Brasil se está processando a seleção dos incapazes feita pelo ensino secundário ; na escola primária, o filho do rico, irmanado com o do pobre, são bons e maus alunos, mas os pobres são infinitamente mais numerosos, se tem numerosos alunos maus, tem também muitos bem dotados : digamos, se em 10 ricos há um aluno inteligente, em noventa pobres haverá nove alunos iguais a esse rico (...) Vai começar o ensino secundário. Mas o pobre não pode frequentá-lo ; o liceu, o ginásio, o colégio custam caro. Os noventa pobres vão para as fábricas, para a lavoura, para a mão-de-obra. Os 10 ricos, esses farão exames, depois serão bacharéis, médicos, engenheiros, jornalistas, burocratas, políticos, constituirão a elite nacional. (In Ribeiro, 1986, pp.84-86)

Essa é mais uma prova da marginalização escolar, que é resultado da marginalização social da população brasileira.

No quadro geral da sociedade brasileira temos o mes-

BH/UFC R1334661

BCH-UFC

UFC - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Biblioteca Lirada Facó

mo panorama já mostrado pelos estudiosos da educação : a transformação da sociedade graças a processos de urbanização moderna ; a vinda de imigrantes europeus, italianos e alemães sobretudo para o centro-sul ; a marginalização de antigos escravos em vastas áreas do País, formando uma camada marginal de subempregados, engrossando as fileiras da pequena classe média, da classe operária e do subproletariado : o declínio da lavoura açucareira no Nordeste, a qual não pode competir, nem em capitais nem em mão de obra, com a lavoura do café paulista.

A divisão na vida pública se tornara cada vez maior: de um lado, os arranjos políticos manejados pelas oligarquias rurais e, de outro, os novos estratos sócio-econômicos que o poder oficial não representava. Do quadro, emergem ideologias em conflito : a do tradicionalismo agrário, que se ajusta mal nos centros urbanos, e a das cidades, rica de fermentos radicais nas suas camadas média e operária.

A manutenção dos padrões tradicionais do ensino e a permanência da idéia de que o ensino profissional se destinava às camadas menos favorecidas termina por agravar o problema : formação das elites, de um lado, e, do outro, a do povo. Temos aí a permanência dessa característica da educação brasileira : o dualismo.

O ensino superior fornecia o tipo de formação que, como foi dito, abria as portas da sociedade ao bacharel e promovia sua ascensão social. Como consequência disso havia a dicotomia : atividades literárias e atividades científicas. Exceção feita à Faculdade de Medicina da Bahia,

que, de 1891 a 1905, sob o empenho de Nina Rodrigues, servia à pesquisa e ao ensino, retratados por Jorge Amado em Tenda dos Milagres.

Pouca atenção se dava à formação do magistério, que era constituído basicamente de médicos e advogados, pois as Faculdade de Ciências e Letras vão ser criadas após 1930.

No fim do século, o operariado constitui uma classe nova como expressão política. As greves operárias, com suas reivindicações, explodem desde então e atingem seu ponto crítico nos anos de 1917 e 1918. Apesar disso a classe política teima em ignorar ou minimizar esses movimentos populares.

Washington Luís, como todos os seus antecessores no governo da República, jamais compreenderá que o proletariado passara a existir, era agora uma classe definida, com interesses e reivindicações próprias e que nos cálculos eleitorais era preciso levá-la em conta (...) Para ele, como para seus companheiros de partido, como repetira por várias vezes, a questão social era um caso de polícia. (Basbaum, 1976, p.330)

Vale lembrar a Revolução Russa acontecida em 1917 e a criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, extinto em decorrência do estado de sítio decretado logo em seguida, motivado pela revolta dos tenentes no Forte de Copacabana. O crescimento da população das cidades, composto, como afirmamos antes, da classe marginal dos escravos e seus descendentes, do operariado, da pequena burguesia formada pelos funcionários públicos ; dos profissionais liberais e intelectuais ; (estes mobilizados pela reforma e restauração da Literatura Brasileira) ; de militares cuja origem social era a classe média, é um dos fatores que vai representar a mu-

dança no pensamento político e na maneira de expressar suas reivindicações, e exigí-las. Esses segmentos da população reivindicam representação e justiça, pois o mal estava na forma como se escolhiam os mandatários. Mais uma vez os militares lideram os movimentos contestatórios : - Forte de Copacabana (1922), Isidoro Dias Lopes (1924), e a Coluna Prestes (1924).

Numa sociedade em mudança caracterizada pelo ambiente de contestação, de agitação e desordem nos meios militares, intelectuais e do operariado, era justo que a escola demonstrasse, ela também, seu entusiasmo reformador. Os educadores acreditavam que uma das maneiras mais diretas de transformar a sociedade seria através da escola ; através da multiplicação das instituições, através da disseminação da educação escolar. Esse seria o caminho da incorporação das grandes massas da população na senda do progresso nacional, e do Brasil no seio das grandes nações do mundo. Por outro lado, " existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)". (Nagle, 1974, p.100)

Nos anos 20 o Brasil vive um momento decisivo, e é a partir do desejo da reformulação de velhos padrões sociais que decorre a crença de reformar a sociedade a partir do homem, " para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de

aceleração histórica ". (Nagle, 1974, p.100)

Os educadores promovem amplas discussões para a reformulação dos padrões de ensino e da cultura nas instituições escolares, nas diferentes modalidades e níveis.

Com as reformas freqüentes houve o aparecimento de novos métodos, o repensamento de velhos esquemas e o revigoreamento de antigas aspirações. Isso propicia a criação de condições apropriadas para sua realização. Quanto à escolarização diz Jorge Nagle : " Entre os vários problemas nacionais, se privilegia o da escolarização em muitos espíritos transformado no único e grave problema da nacionalidade."

(Nagle, 1974, p.101)

E, sobre a febre de renovação escolar Maria Luísa Ribeiro assim se expressa :

Uma limitação teórica a ser assinalada está no fato de representar mais uma forma de transplante cultural e de pedagogismo, isto é, de interpretação do fenômeno educacional sem ter claro as verdadeiras relações que ele estabelece com o contexto do qual é parte. Assim sendo, acabam por acreditar ser a educação um fator determinante de mudança social. E tal crença evidencia que em realidade, o fenômeno educacional está sendo concebido como isolado do contexto, uma vez que a ação que este exerce sobre aquele não é bem definida. (Ribeiro, 1986, p. 95)

Romanelli declara :

Os fatores atuantes na organização e evolução do ensino, quais sejam o sistema econômico, a herança cultural, a demanda social de educação e o sistema de poder permaneceram durante o período que antecedeu a década de 20, integrados na formação de um complexo sócio-econômico-político-cultural que fez com que a educação ofertada à população brasileira correspondesse às reais exigências da sociedade então existente. (Romanelli, 1984, p.45)

Ela diz também que a escola existente correspondia às necessidades exatas da sociedade da época, formada pela

classe dominante, uma vez que não havia exigências em termos de recursos humanos ; que a herança cultural era proveniente de modelos importados ; que a estratificação social destinava à escola apenas parte da aristocracia ociosa ; que essa demanda social da educação procurou sempre manter ou adquirir um status na escola, alimentando um preconceito contra o trabalho que não fosse intelectual. A função social da escola era a de fornecer pessoal qualificado para a política, a administração e formar a " inteligência " do Regime. Nessa ótica pode-se esquecer a defasagem entre educação e desenvolvimento, ou sua ausência entre produtos acabados oferecidos pela educação e a demanda social e econômica da educação.

Como vimos antes, o aumento da população das cidades e sua conseqüente urbanização vai ser o agente de desequilíbrio. A estreita oferta de ensino vai chocar-se com a crescente procura e com as modificações no processo de produção.

Economicamente falando, a passagem da sociedade agrária para a industrial afetou o equilíbrio estrutural dos fatores que influíam no sistema educacional pela inclusão de crescentes necessidades de recursos humanos nos fatores secundários e terciários da economia. Esta situação vai se agravando progressivamente. A escola foi sendo solicitada a fornecer elementos ao modelo econômico. A esse propósito lemos em Otaíza Romanelli :

Esses dois aspectos - o crescimento acelerado da demanda social de educação, de um lado, e o aparecimento de uma demanda de recursos humanos, de outro - criaram as condições para a quebra do equilíbrio. Uma vez estabelecido o desequilíbrio, que se

acentuou sobretudo a contar do ano de 1930, a crise do sistema educacional obedeceu, na sua escala evolutiva, ao jogo de forças que esses fatores mantinham entre si. Esse jogo, naturalmente, obedeceu, por sua vez, às regras do crescimento espontâneo próprio do sistema capitalista. E a crise se manifestou sobretudo pela incapacidade de as camadas dominantes reorganizarem o sistema educacional, de forma que se atendessem harmonicamente, tanto à demanda social de educação quanto às necessidades de formação de recursos humanos exigidos pela economia em transformação. Nesse processo, a herança cultural atuou desfavoravelmente na mentalidade, tanto de dirigentes que organizavam a escola, quanto das próprias camadas, que passaram a pressionar o sistema escolar. (Romanelli, 1984, p.46)

O ano de 1922 foi um ano fundamental na crise da burguesia. A Primeira Guerra Mundial serviu como barreira de proteção para a indústria nacional, compelida agora para a produção que alimentasse o mercado interno. Com esse mercado em suas mãos, livre da concorrência estrangeira, a indústria nacional sofreu grande desenvolvimento : a acumulação interna cresceu, não apenas causada pelo surto industrial, mas porque, reduzidos os investimentos estrangeiros, estes tiveram seus lucros reduzidos. Para as novas necessidades políticas tratava-se de alterar a realidade, aproximando-a da letra constitucional, isto é, destruir ou limitar a participação das oligarquias no poder, ou, de outra forma, tratava-se de ampliar a participação da burguesia no poder. E esta só poderia operar essa conquista política com apoio da pequena classe média e do operariado. No domínio da cultura essa luta corresponderia ao rompimento dos velhos padrões de criação ; no campo da política, à contestação do estabelecido. Portanto, o ano de 22 vai assinalar a revolta dos intelectuais que culmina com o Modernismo, iniciado com a Semana de Arte Moderna em São Paulo. Os militares che-

fiam um movimento, o tenentismo, que eclode com o episódio dos 18 do Forte de Copacabana e depois se estende à Coluna Prestes, de 1924-1927. Esse descontentamento da juventude militar impregna a classe média e se traduz em simpatia e apoio. Esse movimento popular vai explodir na revolução de 30. Os operários, politizados pelos anarquistas (ver Anarquistas, Graças a Deus, Zélia Gatai), conscientizados pela Revolução Russa de 1917 e organizados em partido, em 1922, unem-se às camadas da burguesia, descontentes com o tipo de economia política levado a cabo pelos dirigentes. Em primeiro lugar, poderíamos destacar o problema central, criado pela agricultura de exportação, que não oferecia condições de desenvolvimento, significando, segundo Bresser Pereira, "um processo de transformação econômico, político e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo". (in Ribeiro, 1986, p.96). Em segundo lugar, assinalaríamos também o rompimento com a dependência econômica externa.

Alfredo Bosi define o Modernismo e o distingue de moderno :

Quanto ao termo "modernista", veio a caracterizar, cada vez mais intensamente, um código novo, diferente dos códigos parnasiano e simbolista. "Moderno" inclui também fatores de mensagem : motivos, temas, mitos modernos. Com o máximo de precisão semântica, dir-se-á que nem tudo o que antecipa traços modernos (Lobato, Lima Barreto) será modernista : e nem tudo que foi modernista (decadentismo de Guilherme de Almeida, de Menotti e de certo Oswald) parecerá, hoje, moderno. (Bosi, 1983, p.375)

Os modernistas desejavam provocar a libertação literária do Brasil. Romper com as regras e leis que nos prendiam à Academia de Ciências de Lisboa. Esse movimento toma

corpo e se avoluma através dos artigos, das polêmicas sustentadas no jornal Gazeta de Notícias, órgão do Partido Republicano Paulista. Tinham apoio da burguesia culta, dos barões do café que subvencionavam suas despesas, como a ocupação do Teatro Municipal para a realização da Semana.

Os organizadores dessa Semana queriam chocar a sociedade, provocar uma ruptura com a literatura passada e construir uma nova literatura, tendo como base a criação de um meio de expressão nacional, constituindo o nacionalismo a característica básica, expressa por temas e motivos nacionais. Assim, a literatura surgida nessa fase tinha como objeto a criação de uma língua e de uma temática novas. Exemplo disso são as obras publicadas pelos escritores modernistas.

Mário de Andrade publica Macunaíma (1928), rapsódia em que traça o perfil do brasileiro comum, "o herói sem nenhum caráter", herói mentiroso, preguiçoso, mulherengo, traçando o panorama de um Brasil atemporal e inespacial, uma colcha de retalhos composta de lendas, mitos, costumes e ditos populares. No final Macunaíma sobe ao céu para ser estrela, para ser um brilho inútil, melhor do que ficar penando na terra.

Oswald de Andrade, em Memórias Sentimentais de João Miramar (1928), faz uma sátira à burguesia, particularmente,

à sua hipocrisia social, numa linguagem que se convencionou chamar experimental : linguagem futurista, sem pontuação, uma linguagem substantiva, com os capítulos chamados de episódios e outras inovações que tornaram o livro incompreensível à época de sua publicação, sendo descoberto pelo concretismo na década de 50.

Raul Bopp e Cassiano Ricardo são extremamente nacionalistas, verde-amarelos. O primeiro, em Cobra Norato (1931), traz a público as lendas amazônicas. O segundo, numa epopéia, Martim Cererê (1981), descreve o Brasil desde o descobrimento, passando pelos bandeirantes e terminando com a paulista que, na década de 20, toma café em Paris. É toda a trajetória do povo paulista, desde Fernão Dias até os modernos fazendeiros de café.

Manuel Bandeira, no seu aprendizado de poesia, evoluiu pouco a pouco da estética parnasiana e simbolista até fazer poemas como Os Sapos, lido na Semana por Mário de Andrade. O poeta busca, através de um novo meio de expressão, romper com o passado, o que foi atingido plenamente. Bandeira alcança a perfeição no manejo do verso livre, e a partir de O Ritmo Dissoluto (1924) talvez o mais feliz incorporador de motivos e termos prosaicos à poesia brasileira. Exemplo de incorporação desses elementos é Evocação do Recife, um poema que fala da infância, do Recife antigo, seus cos-

tumes, suas ruas de nomes poéticos e que apresenta transposições do folclore, com as brincadeiras de roda, canções populares, pregões e finaliza dizendo : " Foi há muito tempo...// A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros // Vinha da boca do povo na língua errada do povo// Língua certa do povo// Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil// Ao passo que nós// O que fazemos// É macaquear// A sintaxe lusíada ". (Bandeira, 1979, p.104)

A geração de 22 lutou pela instauração de uma nova linguagem e de uma nova temática nacional, conseguindo, portanto, atingir seu objetivo. Nelson Werneck Sodré declara:

É incontestável que o Modernismo representou, nas condições brasileiras da fase, considerável avanço, mais pelo que destruiu e pelas perspectivas que rasgou do que pelo patrimônio levantado pelos seus pioneiros. O que ficou destes representa, na verdade, muito pouco. A liquidação do formalismo tradicional, da ênfase, da retórica, a simplicidade de estilo, a busca da clareza, a amplitude da frase, o acolhimento a formas populares, a aproximação com os motivos nacionais, o reforço renovador, contudo, constituíram o enorme serviço, abrindo fase inteiramente diversa às letras e a todas as formas e manifestações artísticas e mesmo, mais amplamente, culturais, no Brasil. Hoje, estabelecido o honesto balanço do modernismo, é justo reconhecer sua necessidade, em primeiro lugar, sua função inaugural, assinalando a abertura de fase inteiramente nova, tudo em correspondência com o desenvolvimento de relações capitalistas, entre nós, com o avanço econômico e político da burguesia - aquele antecedente a este, que foi marcado pelo movimento revolucionário de 1930 - colocando-se a pequena burguesia como vanguarda ousada, rompendo obstáculos e desprezando preconceitos, receptiva às mudanças, descompromissada com a sacralidade de valores estabelecidos. O avanço da cultura correspondia, assim, a condições objetivas e a condições subjetivas muito claras, que se manifestam sob formas as mais diversas, em todos os campos. O coroamento desse processo seria a Revolução de 30. (Sodré, 1978, pp.59-60)

Como vimos, a década de 20 se caracterizou pela con-

testação, a agitação e desordem dos meios militares, intelectuais, proletários e escolares. Todos estavam imbuídos do ímpeto reformador. Os educadores, como os intelectuais, os escritores, poetas e romancistas desejavam transformar a sociedade pela disseminação e a popularização da cultura, através de escolas multiplicadas, tempo integral nas escolas, livros vendidos baratos e em todos os locais como vendas, bancas, enfim, tentava-se pôr a cultura ao alcance de todos.

Mário de Andrade, fazendo um balanço da primeira geração modernista, definiu o limite do grupo: " Se tudo mudávamos em nós, uma coisa nos esquecemos de mudar: a atitude interessada diante da vida contemporânea ". (In Bosi, 1983, p.431). É essa mudança que vai ser realizada pela segunda geração modernista. Os escritores dessa geração já vão encontrar o campo trabalhado, assegurado " o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional ". (Bosi, 1983, p.431). Para a segunda geração modernista a realidade é mais forte e vem ensinar a nossos escritores que:

o tenentismo e a política getuliana, só em parte, aboliram o velho mundo, pois compuseram-se aos poucos com as oligarquias regionais, rebatizando antigas estruturas partidárias, embora acenassem com lemas patrióticos ou populares para o crescente operariado e as crescentes classes médias. Que a " aristocracia " do café, patrocinadora da Semana, tão atingida em 29, iria conviver muito bem com a burguesia industrial dos centros urbanos. (...) Enfim que o peso da tradição não se remove nem se abala com fórmulas mais ou menos anárquicas nem com regressões literárias ao Inconsciente, mas pela vivência sofrida e lúcida das tensões que compõem as estruturas materiais e morais do grupo em que se vive. (Bosi, 1983, p.432).

Eles amadureceram com a compreensão desses problemas e viveram qualquer que fosse o grau de tensão sofrido :

... todos selaram com sua esperança, leiga ou crente, o ofício de escritor, dando a esses anos a tônica da participação, " aquela atitude interessada diante da vida contemporânea ", que Mário de Andrade reclamava dos primeiros modernistas. Bosi, 1983, p.433)

Enfim, o Estado Novo e a Segunda Guerra aumentaram as tensões ideológicas, e entre os frutos produzidos na consciência artística brasileira contamos com a Rosa do Povo, de Carlos Drummond de Andrade, e Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos.

Essa geração faz a denúncia dos graves problemas sofridos pelo homem brasileiro, esquecido e marginalizado. Essa marginalização está consubstanciada na falta de escola, de terra, de saúde, de justiça, em suma, no abandono total a que é submetido pela classe dominante.

Com a geração de 30 houve, sobretudo, uma ruptura com certa psicologia convencional que mascarava a relação do ficcionista com o mundo e seu próprio eu. O Modernismo e, num plano histórico mais geral, os abalos sofridos pelo Brasil em torno de 1930 (a crise cafeeira, o acelerado declínio do Nordeste, a Revolução), condicionaram novos estilos romanescos marcados pela rudeza, pela captação direta dos fatos, enfim, por uma volta ao realismo-naturalismo, com a prevalência do romance-documento. Assim, o realismo científico e impessoal do século XIX foi substituído pelos nossos romancistas de 30, por uma visão crítica das relações sociais. Ela pode apresentar-se mais ou menos profunda conforme a visão do escritor : menos profunda como em José Américo ou com

a grandeza severa de um julgamento e de um testemunho como em Graciliano Ramos.

O romance de 30 vai denunciar o que em política se caracteriza como a formação das oligarquias. Essa formação e sua organização em cada Estado, serviriam para solucionar os problemas de cada um, inclusive pela dominação, pelo emprego da força, criando, cada governador (Presidente da Província), sua milícia particular, composta, geralmente, de bandidos. No campo econômico não houve restabelecimento do equilíbrio. A valorização dos produtos agrícolas - café, cacau, tabaco, açúcar e borracha no Norte - é feita com a utilização do capital estrangeiro. No início do século houve uma melhoria do padrão de vida : portos modernizados, construção de uma rede ferroviária, primeiras usinas de energia elétrica, remodelação das grandes cidades, principalmente do Rio de Janeiro.

Os problemas gerados pela formação das oligarquias rurais, com a criação de seu exército particular, acrescidos da valorização dos produtos agrícolas e a conseqüente valorização do latifúndio ; o aumento do desemprego rural com a adoção de máquinas modernas (bangüês que se transformam em usinas) ; a injustiça social crescente, tudo isso gera o fanatismo, o misticismo religioso e o cangaceirismo, já retratados em Euclides da Cunha, sob a ótica sociológica. Na Literatura, o romance em particular, como documento histórico e social, reflete a sociedade em que o romancista vive.

Os romancistas da geração de 30 foram homens que, como Raul Pompéia, Euclides da Cunha, Lima Barreto, viveram os problemas de uma sociedade elitista e discriminadora. Raul Pompéia, José Lins do Rego e Graciliano Ramos viveram e sofreram os problemas de uma escola elitista, dualista e discriminadora, do arbítrio e do medo. Esses escritores, como Albert Camus, consideram a criação romanesca " o produto de uma inteligência a serviço de uma sensibilidade nostálgica ou revoltada " e refletem a sociedade de seu tempo e de seu meio.

José Lins do Rego faz do romance o produto de sua sensibilidade nostálgica, quando em sua obra memorialista Menino de Engenho (1971), Doidinho (1984), Bangüê (1984) e Usina (1961), conta a história da vida e das impressões de Carlos de Melo, personagem narrador cujo drama é vivido na região açucareira do Nordeste, mais particularmente, na Paraíba.

A infância e a adolescência do autor têm uma importância fundamental na obra. Sua infância é a gênese da obra. Esta traça o esplendor e a decadência do engenho de açúcar, sua transformação em usina, substituição que revoluciona toda a estrutura social e econômica do Nordeste, latifundiária e patriarcalista.

Essa infância é recriada a partir da experiência acumulada na memória do autor ; primeiro a vivência familiar, através de seus avós, tias, primas, trabalhadores da fazen-

da e os moleques da bagaceira ; depois a doença, a asma, que o fazia escutar durante horas as histórias da Velha Totonha ; por fim, o sexo, cujas experiências antecipadas provocaram-lhe um amadurecimento precoce.

A experiência adquirida por José Lins terá, como conseqüência, maior carga de conteúdo psicológico na sua obra.

A angústia do personagem narrador, seus terrores e indecisões (principalmente nos três primeiros livros) produzem o equilíbrio da obra romanesca, decorrência da atitude autobiográfica, cujo fundo confidencial é completado depois em Bangüê.

A obra de José Lins, reconstituidora da paisagem, está ligada à vida concreta do autor, tendo os fatos uma última dependência da memória, sem muita disciplina consciente, através de um depoimento espontâneo.

Em Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê e Usina ele é memorialista e romancista. Em Meus Verdes Anos (1979) faz uma refundição de Menino de Engenho, desta vez trazendo à narrativa fatos reais e concretos de sua infância.

Carlos de Melo, órfão de mãe, com o pai louco num asilo, é trazido pelo tio para o engenho Santa Rosa, do Coronel José Paulino. Cresce em contato direto com a natureza, faz sua aprendizagem sexual com os moleques da bagaceira e com as mulheres da vida. Aos 13 anos é enviado pelo avô para a escola em Itabaiana. No último parágrafo de Menino de Engenho Carlinhos diz:

Quando saí de casa o velho Zé Paulino me disse :

- Não vá perder o seu tempo. Estude, que não se arrepende.

- Eu não sabia nada. Levava para o colégio um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que o meu corpo. Aquele Sérgio, de Raul Pompéia, entrava no internato de cabelos grandes e com uma alma de anjo cheirando a virgindade. Eu não ; era sabendo de tudo, era adiantado nos anos, que ia atravessar as portas do meu colégio.

Menino perdido, menino de Engenho.

O mais grave na situação do menino era a sensação de estar prisioneiro de um sistema incompreensível para a sua idade : a aprendizagem era feita como uma imposição, como uma anulação de sua liberdade individual e intelectual. Tudo era proibido. As brincadeiras infantis, os exercícios físicos, as conversas com os amigos. Hora marcada para todas as atividades. A liberdade do engenho estava sempre em sua mente como um contraponto da sua vida na escola. Esta se transforma, então, num castigo, num pesadelo, numa castração. O índice de prisão que aparece na narrativa é a presença dos canários presos nos alçapões. " A liberdade licenciosa do engenho sofria ali mil amputações dolorosas ". (Rego, 1984, p. 32)

O narrador faz uma crítica à pedagogia do professor e ao uso da violência no ensino. Os alunos se sentiam condenados a priori. O narrador se interroga sobre a validade da pedagogia do velho Maciel em procurar ver em cada aluno um monstro em potencial, e do emprego desse sistema especial de educar a ferro e a fogo. Além do uso da palmatória, das mãos inchadas em consequência dos bolos, os meninos ficam horas em pé, tendo que suportar a raiva, a humilhação, a

injustiça e, acima de tudo, a presença soberana do tirano.

A sala de aula é organizada ainda como no tempo colonial : alunos de várias idades e classes diferentes. O narrador fala do seu sonho de começar a fazer descrições, mas tinha que melhorar a letra. O medo, porém, do professor fazia sua letra virar verdadeiros garranchos.

O desejo mais ardente do menino era passar a estudar no terceiro livro O Coração de De Amicis. Na narrativa esse fato denuncia mais uma vez a presença da escola ideal - os professores de voz mansa, os prêmios distribuídos aos alunos ; e a escola real - os castigos físicos, os gritos do professor, a má alimentação, a prisão, a amputação da liberdade, e, principalmente, o medo que invadia as crianças e fazia com que aprendessem à força.

Gostava de botar os outros para a frente. Os seus processos, porém, seriam cirúrgicos demais. Amputava tudo com dor, embora às vezes a amputação fosse um crime. Os anestésicos não existiam para esse flagelador de meninos. A palmatória era sua vara de condão, com ela movia o seu mundo. Pensava corrigir e iluminar com pedaço de pau os que lhe chegavam às mãos para serem moldados ao seu jeito. (Rego, 1984, p.107). (...) ele gostava mesmo de dar porque os menores pretextos lhe serviam de corrigendas de bolo. Talvez que fossem as exigências de seu método, as regras de ensinar de sua escola. (Rego, 1984, p.116)

O narrador denuncia também a mania de " doutor " dos homens abastados dos engenhos e sítios do Nordeste. O orgulho dos pais (vimos essa situação na Educação e na Literatura Brasileira estudadas em páginas anteriores) era transformar seus filhos em bacharéis. " E gastavam fortunas com os filhos em colégios e em faculdades. Enchiam-se desse orgulho de fazer doutores ". (Rego, 1984, p.120). Em contra-

partida, o narrador relata com tristeza a sorte dos alunos que não podem voltar à escola por falta de dinheiro, e nos desperta para o problema do elitismo na educação brasileira. São os filhos dos comerciantes e dos lavradores que não podem pagar para continuar a estudar. Isso acontecia tanto com os internos como com os externos. A evasão escolar é um fato marcante na narrativa de Carlos de Melo, que nota a desistência de vários colegas ocasionada pela falta de recursos. Deveriam trabalhar para prover o sustento da família. Essa evasão está contida em Afrânio Peixoto, citado anteriormente, quando ele fala da formação das elites (pp.36-37)

Isso vem provar a nossa tese do elitismo, na escola brasileira, personificado na evasão escolar denunciada em Doidinho de José Lins do Rego. Afrânio Peixoto denuncia o mesmo fato.

Assim como Raul Pompéia projeta em O Ateneu as recordações de sua infância vivida no Colégio Abílio, José Lins descreve o Instituto Nossa Senhora do Carmo e o Colégio Diocesano Pio X, onde estudou quando criança. No romance Doidinho, como já afirmamos anteriormente, encontramos muitos dados autobiográficos: José Lins e Carlos de Melo estudaram nos mesmos colégios - Instituto Nossa Senhora do Carmo e Colégio Diocesano Pio X. Tiveram a mesma vida no engenho do avô. A única diferença é que os pais de José Lins não foram envolvidos em nenhuma tragédia. A mãe do escritor morre de parto e o pai continua cuidando de seu engenho, mas as recordações, os sofrimentos, os complexos e a morte estão

sempre presentes na vida dos dois, autor e personagem. A importância da narrativa se configura na crítica que o personagem narrador faz à escola nesse livro cheio de denúncias sociais. A escola, como meio das classes abastadas chegarem ao bacharelato, enquanto os pobres desistiam cedo por absoluta falta de recursos.

Lemos e sentimos em páginas anteriores a denúncia de Carlos de Melo como aluno do Instituto Nossa Senhora do Carmo. A sua chegada, ele descreve a sala de aula, os alunos internos e externos, as atividades escolares, a aprendizagem da leitura, da escrita, da geografia, da história e das ciências. A motivação da aprendizagem era feita através de métodos muito "persuasivos": a palmatória e a prisão na solitária. A alimentação deficiente, a falta de exercícios físicos, de banho e o acréscimo da carga emocional proporcionada pela vigilância constante do bedel concorriam para aumentar a tensão entre as crianças e o aparecimento de alunos delatores.

Em seguida o narrador critica também o ensino da religião, que, por insuficiente e incapaz de penetrar nas mentes infantis, se torna superficial, criando futuros ateus ou indiferentes.

Temos assim, uma crítica não só à pedagogia da escola, mas também à da Igreja. A escola forma analfabetos - os alunos ricos ficam aí para serem doutores. Ela forma doutores para serem funcionários públicos. É uma escola desvinculada do meio, onde alunos pobres ficam fora dela porque têm que ajudar à família. A Igreja forma ateus ou indi-

ferentes. Seu ensino é feito de maneira distante e misteriosa, sem a compreensão da doutrina que é veiculada para os fiéis. Os pobres são atingidos de maneira diferente porque o que eles possuem é a crença numa felicidade vinda de Deus, alcançada na outra vida. E essa crença se transforma, na medida em que a miséria aumenta, em fanatismo e misticismo religioso, que faz os pobres seguir os " santos " que prometem a felicidade.

É tudo isso que vemos em Doidinho. Situamos José Lins, pela própria matéria narrativa de seus romances : Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê e Usina, como moralista, que busca no fundo da memória fatos sepultados no tempo. Num leitura mais superficial podemos declarar José Lins como um escritor regionalista, criador do ciclo da cana-de-açúcar, geralmente colocado sob o signo da memória. Mas ele vai mais além. É assim que José Lins busca sua verdade íntima, através de um mundo em contínua fuga, da procura e do encontro com o tempo perdido, como Proust. Sua matéria é o tempo, a reconstituição do passado para a compreensão - aceitação do presente. É assim que em 1930 volta à infância para através da compreensão - aceitação da sociedade patriarcal - escravocrata procurar entender os movimentos políticos e sociais de sua geração. Em Doidinho mostra sua consciência crítica em relação à sociedade e à escola, produto e reflexo dessa sociedade.

O romance de José Lins estudado no contexto da escola é uma narrativa de tensão crítica. Ela revela toda a revolta do menino Carlos de Melo contra os castigos corporais contra o sistema escolar injusto e desorganizado. No

interior do Nordeste não havia escola pública, as que existiam eram na sua maioria particulares. Como em O Ateneu, o autor critica a prepotência do diretor, seu Maciel, sua violência com os alunos, sua injustiça. Ele experimenta a rotina escolar, a perseguição dos colegas e a aplicação dos castigos corporais. Estudavam, não na mesma proporção, as mesmas matérias, os mesmos livros.

A organização da escola seguia os moldes da escola colonial : a casa do professor, servindo de escola ; o professor e sua família ministrando os cursos, sendo também encarregados de prover o alimento e o bem-estar dos internos. Cada aluno tinha seu tamborete e sua lousa. O narrador pinta um quadro típico da precariedade da escola no início do século : crianças mal alimentadas, física, espiritual, intelectual e afetivamente. Nessa escola conseguiam ficar apenas aquelas crianças originárias das famílias abastadas, dos latifundiários, dos senhores de engenho e até da pequena burguesia.

Já Pedro Nava faz outro tipo de narrativa. São memórias escritas aos setenta anos. Ele é um pintor e escreve como quem pinta um painel colorido e movimentado da sua infância e da sua juventude. Os fatos mais corriqueiros assumem sob sua pena contornos especiais. A sociedade do começo do século e os personagens que nela se movimentam nos transmitem a sensação de viver com ele todos os momentos narrados. Seu livro de memórias Balão Cativo (1977) (o pri-

meiro chama-se Baú de Ossos) traz uma epígrafe de Proust sobre o tempo perdido, e a busca desse tempo na infância.

Car l'homme est cet être sans âge fixe, cet être qui a la faculté de redevenir en quelques secondes de beaucoup d'années plus jeune et qui entouré des parois du temps où il a vécu, y flotte, mais comme dans un bassin dont le niveau changerait constamment et le mettrait à portée d'une époque tantôt d'une autre. (Marcel Proust, Albertine Disparue In: Nava, 1977).

Sensibilidade nostálgica, Pedro Nava declara que o homem é como barco que navega no tempo e que tem poder de retornar à infância em alguns segundos, e todo o passado estaria de volta. E é esse passado que o autor ressuscita, em primeiro lugar através de Rosa, sua pajem, que com as histórias de trancoso abriu sua imaginação para a Literatura. Em segundo lugar, refere-se ao fato das tias freqüentarem escolas que orientavam para o casamento ; ensinavam : bordado, tricô, desenho, pintura, arte culinária, catecismo e caligrafia. Depois era a espera do casamento para o qual estavam habilitadas. Quando Rachel de Queiroz, na década de 30, vinte anos depois da época descrita por Pedro Nava, quis freqüentar a Faculdade de Direito, houve o maior escândalo porque moças de família, quando muito, deviam freqüentar o curso de professora. A primeira escola freqüentada por Pedro Nava era particular e quando sua mãe atrasou o pagamento, as professoras demonstraram má vontade com o menino, e puseram empecilhos à sua continuação no Externato. De outra escola, ele guarda a lembrança da professora que não ria nunca, que o perseguia, que o beliscava. " Jamais odiei nin-

guém como essa harpia que vinha, como Diomar Halfeld, para atormentar a minha infância ". (Nava, 1977, p.49)

Sentimos nessa descrição a raiva e o desajuste de Pedro Nava diante das maneiras despóticas, do sadismo da professora. Essa mesma reação têm os personagens Sérgio e Carlos de Melo diante dos professores e dos diretores que utilizavam a escola como instrumento do arbítrio e do medo.

Sobre as leituras, Pedro Nava, como Carlos de Melo, refere-se ao Coração de Edmundo De Amicis.

Mas naquela época comoveu-me profundamente. Sofri com aquelas crianças e professores simbólicos, aquelas mães e pais emblemáticos. Depois é que vi que eles têm alguma coisa da intencionalidade e da esquematização inocente que Ronald de Carvalho descobriu nos bichos de La Fontaine. Só que estes riem, invectivam, cantam e lutam, enquanto a fauna de Edmundo De Amicis só faz chorar e se comprazer no rípianto. (Nava, 1977, p.64)

Para os dois autores, Coração, em dado momento da vida deles, exerceu um papel muito importante, preenchendo as lacunas intelectuais, abrindo horizontes e dando-lhes outros exemplos de crianças, professores e pais idealizados que enchiam suas imaginações revoltadas e inquietas.

Em Belo Horizonte, Pedro Nava vai sentir mais claramente a diferença entre ricos e pobres. As famílias eram demarcadas socialmente pelo número de janelas das fachadas das casas ! Ele, menino pobre, é matriculado a custo de muito sacrifício da mãe num colégio de ricos. Sofrerá humilhações constantes, até no recreio e nas brincadeiras, por causa da confecção do enxoval, feito de roupas usadas.

Temos aqui a mesma descrição da escola que encontra-

mos anteriormente : escola particular, elitista, onde os pobres que lá conseguem entrar são constantemente humilhados e segregados. A refeição é boa, rezam antes das refeições e ouvem, durante as mesmas, leituras de filósofos como Bacon, Montaigne, Rousseau, Catão e Pascal. E acrescenta, comparando a organização dos ingleses à nossa proverbial desorganização escolar :

O que foi admirável na organização do Anglo é que já no segundo dia tudo funcionava perfeitamente, sem erros, sem tentativas, sem desculpa de cretinos que é a de que ainda estou tomando pé. Deviam tomá-lo na b. ... os incompetentes. Parecia que já tínhamos meses de aula, tão bem a máquina demarrou e logo andou, como automóvel de classe. (Nava,1977,p. 132)

O lema da escola era mens sana in corpore sano. Praticavam ginástica sueca, tênis, futebol, todo tipo de exercício para formar o corpore sano. Banho, além do matinal, as crianças tinham, três vezes por semana, o banho de piscina. Tão diferente a vida de Pedro Nava da de Carlos de Melo, pois este tomava banho duas vezes por semana, alimentava-se tão mal que, quando chegou para as férias, na fazenda, sua família pensou que estivesse doente. As excursões também faziam parte dos exercícios físicos. Eram feitas três vezes por semana.

Havia outro gênero de atividade no Anglo, que tenho de colocar com as esportivas. Pelo menos tinha o caráter de atividade física. Era a de amanhar a terra, plantar, regar, colher. O diretor inventara aquilo. Todo o fundo do colégio fora dividido em canteiros para serem tratados pelos alunos que assim o quisessem. Tive o meu. Recebi regador, tesoura, ancinho, pá, picareta, enxada-mirins... Assim plantei minhas couves, cebolas, alfaces, tomates e rabanetes. E plantei com mão de Luís da Cunha, de Inhá Luísa, de minha mãe. Plantei com boa mão horteloa cheia de veias com sangue português. Germi-

nal... Assim ganhei meu primeiro dinheiro ganho pelo trabalho, pois o Sadler, para nos estimular, comprava a colheita dos lavradores improvisados. Nada igual aos meus rabanetes. Hoje, cada vez que dum mastigo a casca ardida e vermelha ou a polpa branca que estala e resiste ao dente - sinto logo o sabor da infância. É uma de minhas madeleines. Mordo : nas minhas mãos o cheiro cru da terra ; nas roupas e botinas encharcadas, a frescura das regas à hora da noite descer... (Nava, 1977, pp.141-142)

Depois da descrição das atividades que os professores ingleses organizavam para manter o corpore sano o narrador conta a seguir suas aventuras em busca da mens sana . Primeiro, a leitura semanal da revista Tico-Tico, assinatura feita pelo tio Antônio Sales ; depois a dos jornais e por fim a das obras da biblioteca do colégio.

Essa biblioteca era um armário no corredor de entrada dos aposentos do diretor, onde o Sadler pusera livros que pudessem interessar aos meninos e rapazes. Bastava pedir ao Rose, que tinha a chave, e ele abria e escolhia-se o volume ouvindo as recomendações de não sujar, não riscar, não forçar a costura, não dobrar no canto das páginas. O mundo foi se abrindo para meus onze anos e multidões passaram a desfilar diante de meus olhos. (Nava, 1977, p.143)

Então o menino passava a conhecer toda a literatura universal, aprendia inglês, aritmética, português, caligrafia, canto, futebol, natação, tabuada, geometria, francês, alemão, geografia, história da pátria, desenho, trabalhos construtivos, lições de objetos, conhecimentos gerais e música. Nos comentários aos castigos corporais que já vimos serem freqüentes em O Ateneu e Doidinho, Pedro Nava declara :

Essa hora do recreio da tarde era também das execuções. Os bifes não eram lá muito rigorosos e havia pouco castigo. Verdade, também, que poucas infrações, porque nossa liberdade de ir e vir era muito grande e maior ainda nosso bel prazer. A educação brasileira é que tem a mania de proibir. (grifo nosso). Ali à Inglesa quase tudo se podia. Copiar. Era a chamada imposition. Os ingleses, ia dizendo eu, ti-

nham a mão leve e, apesar de saberem a coisa proibida no nosso regime escolar, de vez em quando arriscavam uma taponada. Levei uma de Carlyon e aprontei tal escândalo, ameacei tanto de ir embora, e dizer que fugira por ter apanhado - que ele assustou-se e danou-se a me bajular o dia inteiro. (Nava, 1977, p.163)

Os discriminados compunham um pequeno grupo de quatro alunos : um menino de cor, Paulo Vaz, Pedro Nava e Múcio de Sena. Isolados, procuravam a companhia uns dos outros. O autor descreve o núcleo dos isolados, no qual se inclui :

... e o mulatinho que tinha o sobrenome de Fernandes. Não sei o que nos fez adivinhar uns dos outros e procurarmos mútuo apoio, num meio vagamente hostil e que nos discriminava um pouco. O Fernandes, pela cor. Nem os meninos nem os professores toleravam bem aquela intromissão africana que o Sadler só aceitara porque precisava de alunos e o padrinho do moleque era cheio de dinheiro. (Nava, 1977, p. 161) Paulo Vaz era discriminado pela permanente tristeza, Pedro Nava pela pobreza de sua família. O quarto excluído era o Múcio de Sena. Pelo gênio esquisito, pelo feitio tristonho, pelos repentinos, pelas desconfianças. Era um pouco mais velho que os outros e vivia espavorido com a idéia de ser mandado novamente para o Seminário de Mariana, de que nos contava a vida conventual e presidiária. (Nava, 1977, p.162)

Como Carlos de Melo, Pedro Nava vai reviver uma experiência "espavorida" como ele mesmo diz. É chega a época de fazer a primeira comunhão na festa da Imaculada Conceição. Todos os dias havia aula de catecismo. E assim com a descrição do inferno e de Satanás o menino é lançado através do ensino do Padre Henrique num mundo de medo, de pânico, de pecado. O medo constante da presença de Deus justiceiro que pune com o inferno eterno seus filhos fracos e pecadores.

O mesmo sentimento de remorso e de inquietação inte-

rior invade Pedro Nava e José Lins ao conhecerem a doutrina cristã, ao fazerem a 1ª comunhão e caminharem pelos anos, e ao se transformarem em ateus e indiferentes. Temos a crítica ao ensino da Igreja, como ao da escola, à incompreensão das reações da criança e da juventude, por parte dos professores. A falsa moral está presente no Colégio Pedro II, onde Pedro Nava vai estudar a partir de 1916. Pedro Nava descreve o colégio, a divisão das classes e dos alunos, os professores, os instrutores, médico, enfermeiros e escreve um capítulo relembrando o cozinheiro Urso Branco, e todas as comidas que este fazia para os alunos. Fala também do exame prestado para a entrada no colégio. "Tinha de fazer vestibular e os meus tios Sales e Modesto, erigidos em banca examinadora, verificam, aterrados, a precariedade do que eu aprendera no Anglo". (Nava, 1977, p.262). Mais uma vez o exemplo do ensino enciclopédico, a que já nos referimos ao tratar da Reforma Benjamim Constant e que não forma realmente, aponta apenas levemente na direção de uma cultura. No fim, Pedro Nava acaba aprovado como ele mesmo declara, porque Silva Ramos se lembrou de sua tia, diante da presença do tio Antônio Sales e do tio Modesto. Para a entrada grátis no Internato o tio vai à casa do Senador Araújo Lima, que telefona para o Ministro e obtém imediatamente a matrícula gratuita do menino Pedro Nava.

Depois o narrador fala do Colégio, da divisão de aulas, recreios, estudo, alimentação e castigos. Estes consistiam em perder a saída, o que era terrível para Pedro Nava. Ele discorre longamente sobre o valor da palavra e o longo apren-

dizado de pornografia que acontece no internato, e na inutilidade da criação da cadeira de educação sexual hoje existente em algumas escolas. Essas aulas seriam feitas de modo canhestro, enquanto os alunos já se encontram pós-graduados na matéria. Sua experiência nos Internatos do Anglo e do Pedro II, acrescida de sua vivência de quarenta anos como médico, lhe confere a autoridade para falar assim :

Tenho a impressão que a inflação de pornografia dos colégios como o Pedro II do meu tempo devia radicar : primeiro, numa compensação não só geral, relacionada com as frustrações que vêm para todos na alvorada de contato com o mundo como, segundo e particularmente, em violenta reação à compressão do meio familiar. Esse era tão sem ar dos verdes anos de minha geração que os internatos eram uma alforria. O menino livrava-se do adulto-rei, confraternizava na mesma idade, se equilibrava e se gratificava com o proibido. Pensava alto, falava, agia descontando e se vingando. (Nava, 1977, p.317)

... Tenho para mim que o erotismo lúdico superlativo dos hippies de hoje é continuação do sentimento infantil semelhante ao desse meu amigo da mocidade. É o protesto contra a geração progenitora pseudo-moralizadora mas muito moralista, dos catões contra o sexo, dos grã-farsantes ("cheirando a religião e que não crê em Deus") - como o catolicão e o cristão (contra os quais, talvez, valesse a pena defender a Igreja e o próprio Cristo, dos proprietários, dos aproveitadores inclusive de guerra, logo contra a paz. (Nava, 1977, p.317).

Pedro Nava era contestatário nato e explica sua insubmissão às regras do internato e seus castigos nos dias de saída.

Mas... como eu ia dizendo, tornei-me habitué das privações de saída e à terceira ou quarta, estava íntimo dos contumazes, dos relapsos - tendo mesmo passado a estimar e a admirar os que tinham me aterrorizado no decurso do primeiro castigo. Ao contrário do que eu julgara, aquilo era justamente a aristocracia moral do colégio - seus insubmissos, contestantes, revoltados, protestatários e litigantes - o avesso dos oportunistas juvenis, dos meninos bem-pensantes que auxiliavam os inspetores a tomarem

conta dos colegas, dos partistas e dos mais-que-perfeitos que subiam no oficialato do Batalhão Escolar. Nele jamais consegui, sequer, a tripa de anspeçada. (Nava, 1977, p.323)

Esse mesmo ambiente de delação, de dar partes dos colegas, dos auxiliares de inspetores já vimos, em Doidinho, no colégio de seu Maciel, na figura do decurião, ou naqueles que davam parte do colega, por qualquer nada, para vê-lo castigado. Pedro Nava critica a organização escolar que alimenta a preguiça e o pouco gosto pelo trabalho nas escolas :

Os regimentos mandavam que as aulas do Colégio Pedro II começassem no primeiro dia útil de abril e que o período letivo durasse até 15 de novembro. O ano escolar seria assim de sete meses e meio, mas pelo menos, mês e meio eram roubados pela madraçaria nacional. A primeira quinzena era compasso de espera, para a chegada de todos os alunos e para os professores tomarem pé depois do sossego das férias, vinham, em seguida, as ditas de junho que não eram de junho e sim duas semanas de vadiação em julho. Finalmente, de 1 a 15 de novembro, havia parede para preparação dos exames finais que começavam com a abertura de dezembro. Os quatro bimestres de aula reduziam-se, na realidade, a três e era assim, sistematicamente, não cumprido o Decreto em que o Ministro Carlos Maximiliano regula nosso tempo de trabalho. (Nava, 1976, p.3)

A seguir critica as horas do estudo, demonstrando que as diversas reformas de ensino causaram na escola um desastre : um misto de ensino científico e de humanidades. Refere-se a um colega :

Robespierre Moreira Dezouart, que passava as horas do estudo a ler, anotar, a arrumar na cabeça os rios do mundo, os Estados do Brasil, as Guerras Púnicas, a lista dos Césares, as dinastias de França, as rosas da Inglaterra, Danton, Cromwell, Marat e o xará cortador de cabeças - que ficaria sem a própria, no 10 Termidor. Mais. Os problemas vertiginosos da Aritmética do Thiré, as equações, as épuras, os tri-

ângulos. As declinações e um latim de Cícero, os verbos irregulares e um francês de Lafontaine e um inglês de Shakespeare. Ainda, toda a Física, a Química, a Biologia, a Botânica, a Geologia e o que nos ensinavam de Espanhol e Cervantes, de Italiano e Dante, de Psicologia, Lógica, e História da Filosofia. (Nava, 1976, pp:38-39)

Esse tipo de currículo era impossível de ser empregado num tipo de escola comum, com professores comuns.

Fazendo uma síntese da vida escolar de Pedro Nava vimos que ele freqüentou duas escolas em Juiz de fora : primeiro as Irmãs Andrés, onde aprendeu a ler e depois o Lucindo Filho. Eram escolas particulares, portanto não sofriam nenhuma influência governamental na sua organização. Ao contrário da escola de seu Maciel, nessas não havia castigos, e, como Pedro Nava era externo, tinha inteira liberdade, e usava dela para fugir da escola e perambular pela cidade na hora da aula.

Nesse período, sua família se transfere para Belo Horizonte. O menino vai estudar como interno no Anglo-Mineiro. Colégio particular de elite, que rivalizava, por sua organização, com os colégios particulares confessionais de Belo Horizonte da época. Os alunos são submetidos a uma organização britânica. O colégio funciona desde o primeiro dia de aula, "demarrou como um carro novo". A educação do Anglo tem por base a máxima Mens sana in corpore sano. Para se ter uma mente sã é preciso ter um corpo sã. E a base do corpo sã é a educação física : ginástica, natação, tênis, futebol e cricket. Em segundo lugar vêm o inglês, o português, a matemática, o desenho.

Não podemos comparar Pedro Nava com Carlos de Melo, na escola : suas vidas eram completamente diferentes. No alojamento, na alimentação, nos exercícios, no próprio aprendizado das matérias escolares, nos castigos físicos. A única semelhança que encontramos nos dois é a crítica que fazem à Pedagogia da Igreja : o ensino do catecismo, o medo, o pavor dos castigos eternos, do Inferno queimando suas almas, do demônio que vinha buscar suas almas pecadoras. Era a doutrina cristã mal compreendida e assimilada.

Pedro Nava inicia a segunda etapa de sua vida escolar : Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Colégio mantido pelo Governo Federal em regime de internato e externato, mas em prédios separados. Era um colégio padrão, seus professores formavam a elite intelectual da época. Dos alunos era exigido um vestibular para a admissão na escola, internato ou externato, pois compunham também a elite dos estudantes nacionais. Eram bem alimentados, no espírito e no corpo, bem vestidos, bem alojados. Não sentiam o peso de problemas financeiros (Pedro Nava estudava de graça, por ordem do próprio Ministro), também não sofriam castigos corporais.

As reformas sofridas pela educação até essa época (1915) fizeram do currículo escolar algo enciclopédico, misto de positivismo e humanismo, impossível de ser seguido numa escola comum, com alunos comuns.

Já citamos a frase de Camus relativa ao romance como fruto de uma sensibilidade nostálgica ou revoltada. José Lins e Pedro Nava como memorialistas se colocam na primeira dessas acepções de escritores.

Estudaremos, a seguir, o romance de Graciliano Ramos como fruto de uma sensibilidade revoltada. Em seus romances e através de seus personagens sentimos a presença daquele aforisma : " Eu me revoltô, logo existo ", que vai compor a filosofia de Camus. As vezes é na presença da impossibilidade de se opor ao meio social e físico que as criaturas de Graciliano Ramos demonstram sua revolta, na impossibilidade de escapar do labirinto em que estão presas. A gênese de toda a sua obra se encontra em Infância. É nesse livro, sua autobiografia, que ele transmite ao leitor todas as sensações e experiências de sua vida infantil, e principalmente o sofrimento da criança oprimida pelos pais, surrada e castigada sem explicação aparente ; da criança segregada dos colegas e dos amigos ; da criança maltratada pelos empregados do pai ; da criança oprimida pelos professores numa escola do medo e do arbítrio ; numa escola que transmitia ensinamentos incompreensíveis através de métodos brutais ; da criança que, a duras penas e graves decepções nas suas relações com o pai, aprende a ler sozinha, e se isola de seu meio através da leitura de livros emprestados. Para Graciliano a leitura é libertação, a escola é castigo, é prisão. O pai, filho de fazendeiro decaído, não pode arcar com a despesa de uma escola particular dispendiosa, e o menino vai estudar nas escolas particulares, mas de gente mais pobre, de professores quase tão analfabetos quanto os alunos.

Repete-se aqui o mesmo problema visto anteriormente, de inexistência, de carência da escola pública ; da escola

particular ser regida por professores sem competência profissional para o cargo, de alunos de vários níveis numa mesma sala de aula. O problema, anteriormente estudado, repete-se nos romances de José Lins e Graciliano e nas memórias de Pedro Nava. Em Infância (1956) vemos 75 alunos com um só professor, espalhados pela casa toda.

Os romances de Graciliano Ramos mostram uma tensão crítica entre o herói e a sociedade que o oprime ; esse herói, esse homem é fruto dessa sociedade. Em São Bernardo (1964), o narrador é o próprio personagem principal, Paulo Honório. Mostra sua verdadeira força na medida em que seria capaz de configurar o nível de consciência de um homem que, tendo conquistado a duras penas um lugar ao sol, absorveu na sua longa jornada toda a agressividade latente em um sistema de competição. Numa briga fere um caboclo e é preso. Na prisão aprende a ler numa Bíblia. Para o personagem a escola estava numa cela de cadeia, como para Graciliano menino a escola era uma prisão, com castigos corporais, torturas mentais e físicas.

Desejando enriquecer a qualquer preço, Paulo Honório consegue tomar posse de São Bernardo. fazenda onde fora cabra do eito, e casar com a professora, malogro único e decisivo do seu desejo de posse, pois ela não se deixa dominar. A escola, para o fazendeiro, é apenas um objeto para alcançar prestígio político e verbas do governo. Ele organiza a escola para os empregados, com o máximo de economia possível nos gastos com o material escolar e no tempo dos empregados.

São Bernardo é a narrativa da ascensão social de Paulo Honório, desde menino abandonado, criado pela velha Margarida doceira, até o fazendeiro, dono de São Bernardo. Paulo Honório não esconde os métodos empregados para conseguir seus objetivos. Se dá certo é porque é bom.

Até encontrar Madalena e se casar com ela, Paulo Honório tinha consciência do seu poder de reificação. Casa com Madalena, mas ela não se submete às suas vontades nem ao seu comando. Depois de sua morte Paulo Honório tem a consciência do real valor de Madalena e do sentimento que o ligava a ela.

Conheci que Madalena era boa em demasia, mas não conheci tudo de uma vez. Ela se revelou pouco a pouco e nunca se revelou inteiramente. A culpa foi minha, ou antes a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste. (Ramos, 1961, p.103)

Aí temos a denúncia do sistema de competição da sociedade brasileira : a vida agreste, a luta pela sobrevivência, a lei do mais forte, a opressão do poderoso. A escola, ou a não-escola é a arma mais poderosa para manter o status quo.

Em Angústia (1979) continua a narrativa da opressão da sociedade contra o indivíduo. É a solidão de Luís da Silva, um pequeno funcionário com veleidades literárias ; é empregado de um jornal, seus artigos são assinados pelo patrão; é condenado a esgueirar-se nas pensões poeirentas e a repetir até à náusea os contatos com um meio onde o que não é recalque é safadeza. Tudo no romance lembra o adjetivo " degradado " que se opõe ao universo do herói problemático. A existência de Luís da Silva arrasta-se na recusa e na análi-

se impotente da miséria moral do mundo e, não tendo outra saída, resolve-se pelo crime e pela autodestruição.

A narrativa decorre em três planos : o presente em Alagoas ; o passado, quinze anos atrás, no Rio ; e a infância de Luís da Silva na fazenda. Esses planos são intercalados pela mente embaraçada do narrador :

Volto a ser criança, revejo a figura do meu avô, Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, que alcancei velhíssimo. Os negócios andavam mal. E meu pai reduzido a Camilo Pereira da Silva, fica dias inteiros manzanzando numa rede armada nos esteios do copiar. (Ramos, 1979, p.11)

Reduzido a Luís da Silva, o narrador relembra a miséria a que vai sendo reduzida sua família. De fazendeiro se transforma num funcionário público e num jornalista sem talento e que leva uma vida apagada. Temos aí todos os índices de mediocrização do homem, produto dessa sociedade opressora e que é organizada em função dos seus interesses.

O narrador não fala diretamente nem claramente em escola, demonstra sua revolta contra a organização social, a vida das cidades, a luta pela sobrevivência, a mediocridade intelectual e o lugar que os ricos têm na organização social.

Na narrativa, Luis da Silva começa um namoro com Marina, sua vizinha. Esse namoro termina em noivado. Aparece na cena Julião Tavares, rapaz rico e de família influente, que aos poucos se insinua em sua casa, conquista Marina, que abandona o noivo. Luís da Silva, obcecado pela figura de Marina mata Julião Tavares. Para simular suicídio suspende-o por uma corda numa árvore à beira de uma rua deserta. Suas mãos ficam feridas no esforço de suspender o gordo Juli-

ão Tavares. A primeira pessoa que ele encontra é um vago-
bundo a quem pede um cigarro. Em casa, lava as mãos uma cen-
tena de vezes, sem conseguir se livrar da impressão de pos-
suir mãos sujas. Sua obsessão continua ao ver cobras se en-
roscando para dar o bote, canos e cordas. E sempre a obses-
são de lavar as mãos :

"E daí em diante todas as perguntas seriam como cor-
das enrodilhadas que se preparavam para armar o bote". (Ra-
mos, 1979, p.194)

Luís da Silva adocece e durante a febre tem muitos
pesadelos com a presença dos personagens que povoavam sua
infância. Principalmente José Baía, empregado de seu avô (co-
mo em Infância) seu amigo que fora preso por um crime de mor-
te. José Baía era pistoleiro que cumpria as ordens do patrão:

José Baía, meu irmão, estás também aí ? José Baía,
trôpego, rompia a marcha, um, dois, um dois... a mul-
tidão que fervilhava na parede acompanhava José Baía
e vinha deitar-se na minha cama. Quitéria, Terta, o
cego dos bilhetes, o contínuo da repartição, os can-
gaceiros e os vagabundos vinham deitar-se na minha
cama. José Baía, meu irmão, estamos tão velhos! (Ra-
mos, 1979, p.217)

Luís da Silva e José Baía. Luís da Silva e Julião
Tavares. Para que Luís da Silva tivesse um lugar na socieda-
de era necessário eliminar Julião Tavares, logo era fatal o
assassinato. Donde se conclui que o avô fez José Baía assas-
sino, a sociedade fez Luís da Silva um criminoso :

Acomodavam-se todos. 16.384. Um colchão de pai-
na. Milhares de figurinhas insignificantes. Eu era
uma figurinha insignificante e mexia-me com cuidado
para não molestar os outros 16.384. Íamos descansar.
Um colchão de paina. (Ramos, 1979, p. 217).

O livro é realizado sob a forma de monólogo interior. O per-
sonagem é um Luís da Silva qualquer, humilhado e mediocre-

mente realizado. O crime era apenas a catarse das humilhações e a euforia das realizações. O objeto do crime seria a ascensão social, a libertação para Luís da Silva.

Graciliano Ramos em 1936, em plena ditadura, é preso sem culpa formal, sem processo. Ele apreende então um outro mundo, mais violento e mais opressor do que aquele em que vivera até então. Em 1938, escreve Vidas Secas, uma obra prima de sobriedade formal : o universo esgarçado de uma família, - um homem, uma mulher, dois filhos, uma cachorra -, tangidos pela seca e pela opressão dos que podem mandar : o patrão, o soldado amarelo...

Vidas secas, secas como a terra nordestina, sem alegria nem ternura, nem beleza. O único índice de cor, de alegria é a saia de ramagens de Sinhá Vitória.

Fabiano, um sertanejo qualquer, é um desenraizado : não possui terra que o prenda com a chegada da seca ; não possui linguagem que o defenda dos que o exploram e oprimem (patrão, soldado amarelo), pois não frequentou escola ; tem consciência da opressão exercida sobre ele, mas nada pode fazer, não é capaz de se expressar, apenas grunhe como animal ; sonha em ser homem, em poder falar como seu Tomás da bolandeira, que sabia ler, possuía livros e jornais. " Saber das coisas " é a tênue linha que o separa dos animais ; o governo é uma entidade distante representada pelo soldado injusto e covarde que lhe toma o dinheiro, prende e açoita sem justa causa ; o patrão é o explorador, omisso e sem nome ; como amigos tem a cachorra Baleia e os animais ; os filhos não têm nome ; de profissão era vaqueiro, cultivava a

terra alheia ; a religião é mítica ; o destino é incerto e cruel, pois depende da natureza. Fabiano sente a ausência de Deus e a presença constante da morte.

Vidas Secas (1960) é o único livro em que o autor faz seus personagens escapar do labirinto em que se transformaram suas vidas. Ele faz surgir uma esperança, embora fraca. Na fuga, Fabiano diz para Sinhá Vitória que não irão à toa, mas à procura de um norte, buscarão a cidade onde seus filhos estudarão, serão gente e escaparão do destino deles, Fabiano e Sinhá Vitória.

Fabiano marcha, não sabe para onde nem o que encontrará, mas marcha em busca de uma solução para um problema grave que atinge todos os Fabianos, como José (Andrade, 1955, p.196), que vive preso ao labirinto da vida humana.

3. CONCLUSÃO

Ao final deste estudo sobre o romance tendo como enfoque a escola, chegamos à conclusão de que a educação pouco mudou em nosso País. Nossos alunos chegam ao curso superior alheios aos problemas sociais, econômicos e até mesmo aos da área de estudo escolhida, por mais elementares que sejam. Evidencia-se, na prática, na sala de aula, a presença do elitismo e do dualismo da educação brasileira, através da existência de dois mecanismos escolares que exercem discriminação social dentro da escola, seja de nível primário, médio ou superior. Um mecanismo externo, evidente na distribuição desigual de oportunidades, com a existência de setores de alta e baixa renda. Outro interno, com a evasão dos alunos provenientes das famílias de baixa renda, que não conseguem permanecer na escola e, quando o fazem, ali ficam pouco tempo, pois são crianças mal alimentadas, com saúde precária, freqüentando escolas cujo ensino é de nível inferior. Têm, portanto, pouca possibilidade de aí permanecer. O ensino primário é insatisfatório e o ensino médio aumenta as deficiências do aluno, que chega ao curso superior através de um vestibular classificatório.

Na universidade brasileira sofremos também essa dualidade existente em nosso sistema educacional. Os alunos que têm capacidade intelectual mais desenvolvida, porque pro-

vêm da classe social mais alta e que dispõem de boa alimentação, com possibilidade de freqüentar boas escolas e de comprar livros e material escolar, dirigem-se para os cursos de ciências, pois terão o status que sua classe social concede. Para a maioria dos cursos de Humanidades vão aqueles que não têm oportunidade de classificação em outra unidade universitária mais prestigiosa e os que ainda não se definiram quanto à carreira que pretendem seguir. Raros são os alunos no curso de Letras que ali estão porque desejam, realmente, estudar língua e literatura.

É preciso pensar em uma renovação da universidade, que faça o aluno acordar e analisar o porquê de sua permanência nela.

A universidade é também o centro formador de profissionais que prepara professores para o primeiro e segundo graus. Se esses professores são deficientes, a escola continuará deficiente.

Por outro lado, encontramos desde a Colônia, a dicotomia : lei e aplicação da lei. A lei, desde o governo do Marquês de Pombal até hoje, declara que o ensino primário e o secundário devem ser públicos e gratuitos. Cabe aos Estados prover sua educação primária e secundária. Mas, no governo imperial e na Primeira República a situação das províncias e depois, dos Estados, não permitia promover e organizar os sistemas educacionais completos. A reforma Benjamin Constant afirma a liberdade, a laicidade e a gratuidade da escola, mas o que temos é uma escola particular de caráter eminentemente religioso.

Como vimos nos romances analisados, o que houve foi o crescimento da escola particular e a ineficiência e quase inexistência da escola pública. A organização escolar tem seus problemas agravados em decorrência de várias reformas desastrosas. Seus problemas são tratados, à base da improvisação, por professores e alunos, e o que é mais grave, pelas autoridades competentes.

Nossos problemas educacionais encontram-se, em primeiro lugar, no elitismo e no dualismo da educação brasileira, e em segundo lugar, o que é mais grave, se possível, no descumprimento da lei. Ela determina que " todos são iguais " e que todos têm direito à educação pública e gratuita. Mas como o ensino primário e secundário é da estrita competência de cada Estado, que na sua maioria são pobres, principalmente no Norte e no Nordeste, não podem arcar com o dispendio de uma escola eficiente e que atenda a todas as crianças em idade escolar. Daí o crescimento acelerado da escola particular. A escola como meio de ascensão social só beneficia os ricos, os alunos de cor ou pobres dela são excluídos. Daí o " analfabetismo existente no país que sobe a 65% para pessoas de quinze anos e mais, em 1920 " (Ribeiro, 1986, p.78).

Ao elitismo, acresce o desinteresse do poder central, até 1920, com a falta de dados e de recursos relativos à educação. Nenhuma atenção foi dada ao magistério, no que se refere à formação de professores. Estes eram recrutados entre médicos, advogados, engenheiros, pois somente após 1930 é que tivemos a criação das Faculdades de Filosofia, Ciên-

cias e Letras.

Maria Luísa Ribeiro, Otaíza Romanelli e Leôncio Basbaum, cada um na sua ótica, chegam à mesma conclusão : a existência de dois níveis : - os dominantes e os dependentes na educação nacional. Do ponto de vista literário, temos Euclides da Cunha, que denuncia a existência de dois Brasis : o elitismo político, econômico e ideológico dividindo o Brasil. Raul Pompéia, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Pedro Nava denunciam, no romance e na memória, esse mesmo elitismo existente na educação e, por extensão, na sociedade, e apontam na direção de soluções revolucionárias.

Parece, pois, evidente o papel que hoje cabe à escola brasileira : lutar pela manutenção do seu espaço livre e democrático, comprometida com o saber que seja acesso àqueles situados nas camadas desfavorecidas da população.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMORA, Antônio Soares - O Romantismo. Vol. II de A Literatura no Brasil. São Paulo, Cultrix, 1967. 356 p.
2. ANDRADE, Mário de - Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 23ª ed. 133 p.
3. ANDRADE, Oswald de - Memórias Sentimentais de João Miramar e Serafim Ponte Grande. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 6ª ed., 1978. 254 p.
4. ARANHA, Graça - Canaã. Rio de Janeiro, F. Briguier Editores, 1943. 276 p. 9ª ed.
5. AZEVEDO, Fernando de - A Cultura Brasileira. Editora UNB, 4ª ed., 1963. 803 p.
6. BANDEIRA, Manuel - Estrela da Vida Inteira, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979. 347 p. 7ª ed.
7. BARRETO, Lima - Triste Fim de Policarpo Quaresma. São Paulo, Série Bom Livro, Editora Ática, 1983. 159 p.
8. BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República (Das origens a 1889), Vol. I. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 4ª ed., 1982. 284 p.
9. _____ - História Sincera da República (1889 a 1930), Vol. II. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 4ª ed., 1981. 316 p.
10. _____ - História Sincera da República (1930 a 1960), Vol. III. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 5ª ed., 1985. 252 p.

11. BERGER, Manfredo - Educação e Dependência. São Paulo, Difel, 1984. 354 p.
12. BOPP, Raul - Cobra Norato e outros poemas. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 11ª ed., 1973. 150 p.
13. BOSI, Alfredo - História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo, Cultrix, 1983. 582 p. 3ª ed.
14. CANDIDO, Antônio - "Literatura e Subdesenvolvimento". In América Latina em sua Literatura. Unesco, Coleção Estudos, Editora Perspectiva, pp.243-262.
15. CASTELO, José Aderaldo - José Lins do Rego: modernismo e regionalismo. São Paulo, Edart, 1961.
16. CUNHA, Euclides da - Os Sertões. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1967. 466 p. 27ª ed.
17. NAGLE, Jorge - Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, EPU, 1978. 400 p.
18. NAVA, Pedro - Baú de Ossos. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 5ª ed., 1978. 392 p.
19. _____ - Balão Cativo. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 3ª ed., 1977. 334 p.
20. _____ - Chão de Ferro. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 2ª ed., 1976. 357 p.
21. PEREIRA, Luis Carlos Bresser - Desenvolvimento e Crise no Brasil : 1930-1967. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1968. 216 p.
22. POMPEIA, Raul - O Ateneu. São Paulo, Editora Ática, 1976. 150 p. 4ª ed.
23. RAMOS, Graciliano - Vidas Secas. São Paulo, Livraria Martins Editora, 6ª ed., 1960. 157 p.

24. RAMOS, Graciliano - São Bernardo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 8ª ed., 1964. 218 p.
25. _____ - Angústia. São Paulo, Editora Record, 21ª ed., 1979. 230 p.
26. _____ - Memórias do Cárcere. Vols. I e II. São Paulo, Livraria Martins Editora, 5ª ed., 1965. 358 - 306 p.
27. _____ - Infância. São Paulo, Livraria Martins Editora, 5ª ed., 1956. 272 p.
28. REGO, José Lins do - Menino de Engenho. Rio de Janeiro, Coleção Sagarana, 16ª ed., 1971. 122 p.
29. _____ - Doidinho. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 25ª ed., 1984. 328 p.
30. _____ - Bangüê. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 14ª ed., 1984. 289 p.
31. _____ - Usina. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1961. 232 p.
32. _____ - Meus Verdes Anos. Coleção Prestígio, Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1979. 263 p.
33. RIBEIRO, Maria Luísa - História da Educação Brasileira (a organização escolar), São Paulo, Cortez e Moraes, 1986. 166 p. 6ª ed.
34. RICARDO, Cassiano - Martim Cererê. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 15ª ed., 1981.
35. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira - História da Educação no Brasil - 1930 a 1973. Petrópolis, Editora Vozes, 1984. 266 p. 6ª ed.

36. SODRÉ, Nelson Werneck - História da Literatura Brasileira seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 1969. 596 p. 5ª ed.
37. _____ - Síntese da História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 1981. 136 p. 9ª ed.
38. _____ - Formação Histórica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 8ª ed., 1973. 280 p.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Américo de - A Bagaceira. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 22ª ed., 1985.
- ANDRADE, Carlos Drummond de - Fazendeiro do Ar & Poesia Até Agora. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 2ª ed., 1955.
- ANDRADE, Manoel Correia de - A Terra e o Homem do Nordeste. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980. 4ª ed.
- ANJOS, Cyro dos - O Amanuense Belmiro. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 7ª ed., 1971.
- _____ - A Criação Literária, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- ARAÚJO, Murilo - Quadrantes do Modernismo Brasileiro. Rio de Janeiro, MEC, 1958.
- ASSIS, Machado de - Obras Completas. Rio de Janeiro, Editora José Aguillar Ltda, 1962.
- AVILA, Affonso - O Modernismo. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- BARTHES, Roland et alii - Escrever para Quê? Para Quem? Tradução de Raquel Silva. Lisboa, Edições 70, 1975.
- _____ - Escritores, Intelectuais, Professores e Outros Ensaio. Trad. de Graciete Teixeira e outros. Lisboa. Editorial Presença, 1975.
- BASTIDE, Roger - Brasil, Terra de Contraste. São Paulo, Difel, 1978. 8ª ed.
- BOSI, Alfredo - O Pré-Modernismo. São Paulo, Cultrix, 2ª ed., 1967.

- BRAYNER, Sonia - Graciliano Ramos, Coleção Fortuna Crítica. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A / INL, 1977.
- BROCA, Brito e SOUSA, J. Galante de - Introdução ao Estudo da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963.
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio - (org.) O Romance Brasileiro de 1752 a 1930. Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro, 1952.
- CANDIDO, Antônio - A personagem de romance. In: A Personagem de Ficção. São Paulo, Perspectiva, 5ª ed., 1976.
- _____ - Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos), 2º vol. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964.
- _____ - Literatura e Consciência Nacional - Suplemento Literário do Diário de Minas Gerais. Belo Horizonte, 6/ set/1969, nº 158.
- _____ - Literatura e Sociedade - Estudos de teoria e história literária. São Paulo, C.E.N., 2ª ed., 1967.
- _____ - Tese e Antítese (Ensaio). São Paulo, C.E.N., 1978.
- _____ - Vários Escritos. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.
- CARPEAUX, Otto Maria - Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, MEC, 1955.
- CARONE, Edgar - A República Velha, Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 4ª ed., 1978.
- CASTRO, Silvio - A Revolução da Palavra, Origens e Estrutura da Literatura Brasileira Moderna. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

- COUTINHO, Afrânio (org.) - A Literatura no Brasil. 5 vols. Rio de Janeiro, Editora Sul Americana - A partir de 1955.
- DICK, Hilário Henrique - A Cosmovisão do Romance Nordestino Moderno. Porto Alegre, Editora Sulina, 1970.
- FARIA, Octávio de - Mundos Mortos. In: Tragédia Burguesa. INL/Pallas Editora e Distribuidora, Rio de Janeiro, 1985.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de O. - A Universidade Brasileira em Busca de Sua Identidade. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1977.
- FELDMANN, Helmut - Graciliano Ramos - Reflexos de sua personalidade na obra. Fortaleza, Imprensa Universitária-UFC, 1967.
- FREIRE, Paulo - Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984.
- FREITAG, Bárbara - Escola, Estado e Sociedade, São Paulo, Livraria Editora, 1977.
- FREYRE, Gilberto - Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975.
- _____ - Sobrados e Mocambos - Seleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora/INL, 7ª ed., 1985.
- GADOTTI, Moacir - A Educação Contra a Educação. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª ed., 1982.
- GRAMSCI, Antônio - Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 1985.
- GONZALEZ, Horácio - O Que São Intelectuais; São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª ed., 1981.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de - O Homem Cordial. In: Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 7ª ed., 1973.
- LIMA, Alceu Amoroso - Quadro Sintético da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1956.
- _____ - Introdução à Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1956.
- LUKACS, Georg - O Romantismo da Desilusão. In: Teoria do Romance. Trad. de Alfredo Margarido, Lisboa, Editorial Presença, s/d.
- MERQUIOR, J. Guilherme - De Anchieta a Euclides - Breve história da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.
- MOISÉS, Massaud - Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira. São Paulo, Cultrix, 1959.
- MORENO, César Fernandes - América Latina em Sua Literatura. Unesco, Editora Perspectiva, 1972.
- OLIVEIRA, José Osório de - História Breve da Literatura Brasileira. São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.
- PAIVA, Vanilda Pereira - Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1973.
- PEREIRA, Lúcia Miguel - Prosa de Ficção (de 1870 a 1920). Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957.
- PORTELA, Eduardo - Teoria da Comunicação Literária. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- _____ - Fundamentos da Investigação Literária, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 3ª ed., 1981.

- PORTELA, Eduardo, et alii - Teoria Literária. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- QUEIROZ, Rachel de - Quatro Romances - O Quinze, João Miguel, Caminho de Pedras, As Três Marias. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960.
- RAMOS, Graciliano - Caetés. São Paulo, Editora Record, 16ª ed., 1980.
- RAMOS, Péricles Eugênio da Silva - Do Barroco ao Modernismo. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos S/A, 1979.
- RICARDO, Cassiano - Poesias Completas. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1ª ed., 1957.
- SAVIANI, Demerval - Escola e Democracia - Coleções Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo. Editores Autores Associados - Cortez Editora, 1984.
- _____ - Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica. São Paulo, Coleção Educação Contemporânea, 1982.
- _____ - Ensino Público e Algumas Falas Sobre a Universidade. São Paulo, Coleção Autores do Nosso Tempo, Editora Autores Associados Cortez Editora, 4ª ed., 1987.
- SOBREIRA, Ivan Bichara - O Romance de José Lins do Rego. João Pessoa, Editora Universitária (UFPB), 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck - A Ideologia do Colonialismo, Rio de Janeiro, MEC/ISEB, 1961.
- _____ - Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 1976.
- TELES, Gilberto Mendonça - Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda., 6ª ed., 1982.

VERÍSSIMO, José - História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1954.

VIEIRA, Yara Frateschi - Níveis de Significação no Romance. Ensaio 12. São Paulo, Editora Ática, 1974.